

Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021

Ampla Energia e Serviços S.A.

Enel Distribuição Rio

CNPJ: 33.050.071/0001-58

Ampla Energia e Serviços S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da administração regulatório.....	01 a 13
Balanços regulatório.....	14 a 15
Demonstrações dos resultados regulatórias.....	16
Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias.....	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias.....	18
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias.....	19
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatória.....	20 a 109
Declaração dos diretores	108
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	109 a 111
Termo de responsabilidade	112

1 CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO

A Enel Distribuição Rio é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 1996, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até dezembro de 2026.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição Rio é 15 de março.

Bandeiras Tarifárias vigentes

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira

* Valores não auditados pelos auditores independentes

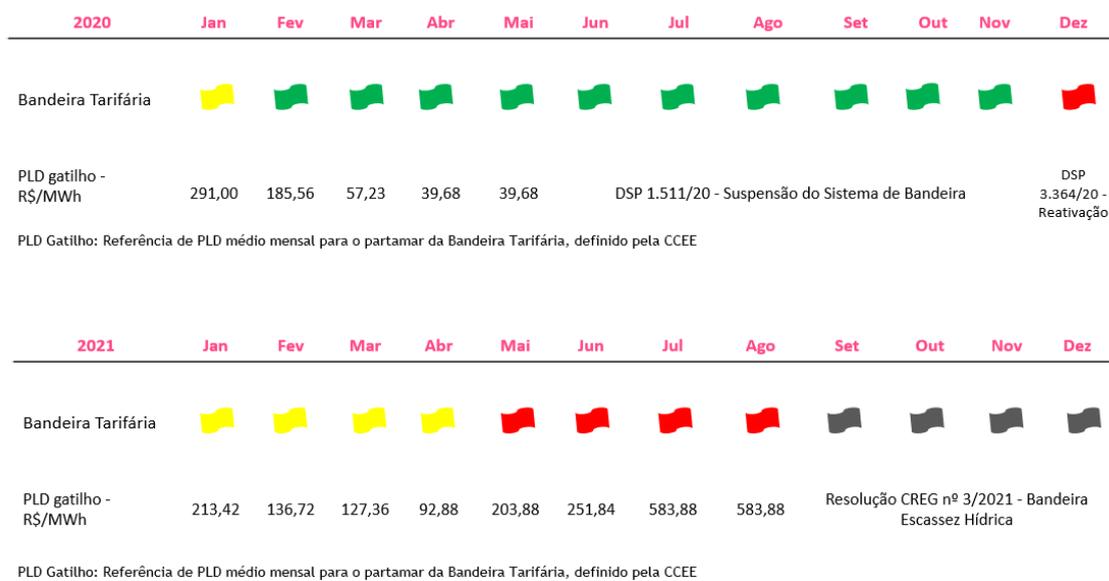
Relatório da Administração Regulatória

Enel Distribuição Rio 2021

Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e em 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Reajuste Tarifário 2021

Em 9 de março de 2021, a ANEEL homologou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio, a partir de 15 de março de 2021. O resultado levou ao efeito médio percebido pelos consumidores de 6,02%, sendo 10,38% para os consumidores conectados em alta tensão e 4,63% para os conectados em baixa tensão. O reajuste foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.836 e vigorará de 15 de março de 2021 a 14 de março de 2022.

Conta-Covid

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2021

de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL possivelmente no 1º trimestre de 2022.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2021	2020	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.164	11.229	-0,6%
Receita Bruta (R\$ mil)	11.296.445	9.089.359	24,3%
Receita Líquida (R\$ mil)	6.940.947	5.425.018	27,9%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	308.761	419.915	-26,5%
EBIT (2) (R\$ mil)*	(215.175)	(8.469)	2440,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(368.386)	(249.696)	47,5%
CAPEX (R\$ mil)*	1.142.868	771.921	48,1%
DEC (12 meses)*	9,88	11,24	-12,1%
FEC (12 meses)*	5,17	6,51	-20,6%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	94,50%	93,63%	0,87 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	24,01%	22,03%	1,98 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.025.755	2.949.298	2,6%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	962	997	-3,5%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	910	1.166	-22,0%
PMSO (3)/Consumidor*	497,17	350,04	42,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	247	306	-19,3%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	12.262	9.635	27,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2021	2020	Var. %
Mercado Cativo	2.708.988	2.744.683	-1,3%
Residencial - Convencional	2.320.872	2.390.848	-2,9%
Residencial - Baixa Renda	184.524	136.785	34,9%
Industrial	3.340	3.284	1,7%
Comercial	121.119	132.492	-8,6%
Rural	61.278	63.642	-3,7%
Setor Público	17.855	17.632	1,3%

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2021

Cientes Livres	763	674	13,2%
Industrial	137	131	4,6%
Comercial	572	503	13,7%
Setor Público	53	39	35,9%
Residencial	1	1	-
Revenda	5	24	-79,2%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	2.709.756	2.745.381	-1,3%
Consumo Próprio	291	305	-4,6%
Consumidores Ativos Não Faturados	315.708	203.612	55,1%
Total - Número de Consumidores	3.025.464	2.948.993	2,6%

A Companhia encerrou 2021 com uma redução de 1,3% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2020, explicado principalmente pela redução no número de consumidores no mercado cativo.

Os clientes residenciais – convencionais registraram redução de 2,9% explicado pela migração de clientes para classe residencial baixa renda, que registrou um aumento de 34,9%, mitigando parcialmente a redução observada no mercado cativo. Este aumento é reflexo da deterioração das condições econômicas dos clientes na área de concessão da Companhia. A redução no número de consumidores comerciais também contribuiu para o impacto negativo no período pelo fechamento de estabelecimentos devido a pandemia.

Já os clientes livres apresentaram crescimento de 13,2%, refletindo a migração de clientes do mercado cativo.

Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 2,6% entre períodos, explicado principalmente pelo aumento de consumidores ativos não faturados devido ao restabelecimento do corte de energia.

Em 2021 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 433,5 milhões, 75,6% superior ao montante investido em 2020.

Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2021 em 11.164 GWh, praticamente estável em relação a 2020.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2021	2020	Var. %
Mercado Cativo	8.084	8.094	-0,1%
Cientes Livres	2.617	2.642	-0,9%
Revenda	462	493	-6,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.164	11.229	-0,6%

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2021	2020	Var. %
Residencial - Convencional	4.827	4.719	2,3%
Residencial - Baixa Renda	238	210	13,3%
Industrial	149	180	-17,2%
Comercial	1.471	1.565	-6,0%
Rural	166	172	-3,5%
Setor Público	1.233	1.248	-1,2%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	8.084	8.094	-0,1%

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2021

Em 2021, o consumo manteve-se estável em relação ao ano passado. Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores e a redução da classe comercial devido ao fechamento de estabelecimentos por conta da pandemia e da lenta recuperação econômica.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2021	2020	Var. %
Industrial	1.887	1.956	-3,5%
Comercial	578	521	10,9%
Setor Público	149	161	-7,5%
Residencial	3	4	-25,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	2.617	2.642	-0,9%

Em 2021 houve uma redução de 0,9% no transporte de energia para os clientes livres devido a adequação no procedimento de faturamento durante o primeiro trimestre, onde o faturamento passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2021	2020	Var. %
Itaipu	2.135	2.177	-1,9%
Angra I e II	409	406	0,7%
PROINFA	204	216	-5,6%
Leilão e Quotas	9.748	9.980	-2,3%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	12.495	12.783	-2,3%
Liquidação na CCEE	(825)	(923)	-10,6%
Total - Compra de Energia	11.670	11.860	-1,6%

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	2021	2020	Var. %
Energia requerida (GWh)	14.444	14.414	0,2%
Energia distribuída (GWh)	11.181	11.249	-0,6%
Residencial - Convencional	4.827	4.719	2,3%
Residencial - Baixa Renda	238	210	13,3%
Industrial	149	180	-17,2%
Comercial	1.471	1.565	-6,0%
Rural	166	172	-3,5%
Setor Público	1.233	1.248	-1,2%
Clientes Livres	2.617	2.642	-0,9%
Revenda	462	493	-6,3%
Consumo Próprio	17	20	-15,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	3.263	3.165	3,1%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	24,01%	22,03%	1,98 p.p

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2021

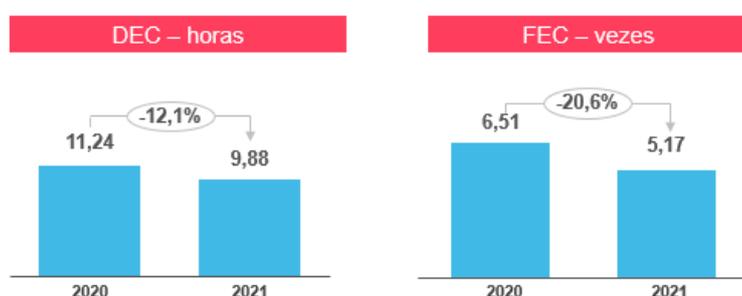
Indicadores operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2021	2020	Var. %
DEC 12 meses (horas)	9,88	11,24	-12,1%
FEC 12 meses (vezes)	5,17	6,51	-20,6%
Perdas de Energia 12 meses (%)	24,01%	22,03%	1,98 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	94,50%	93,63%	0,87 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	910	1.166	-22,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	247	306	-19,4%
PMSO (1)/Consumidor	497	350,04	42,0%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	12.262	9.635	27,3%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Os indicadores DEC e FEC apresentaram queda em 2021 em relação a 2020 na ordem de 12,1% e 20,6% respectivamente. Esta melhoria na

qualidade do sistema tem como principal reflexo o resultado dos investimentos em automação e telecomandos realizados nos últimos anos.

Em 2021, os investimentos voltados para adequação de carga e qualidade do sistema totalizaram R\$ 232,2 milhões, 30,2% superior ao valor registrado em 2020.

Disciplina de Mercado



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 24,01% em 2021, um aumento 1,98 p.p. em relação às perdas registradas em 2020, de 22,03%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

As perdas foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Isso tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente. Quando analisamos as perdas com a correção destes fatores externos, as perdas de energia TAM alcançaram 20,44% em 2021, uma redução de 1,66 p.p. em relação às perdas registradas em 2020, de 22,10%.

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2021

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio, mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo. A Enel Distribuição Rio investiu R\$ 174,3 milhões em combate a perdas no ano de 2021, e R\$ 140,6 milhões em 2020.

Em relação ao indicador de arrecadação, houve um aumento de 0,87 pontos percentuais, resultado da retomada da interrupção por inadimplência em julho de 2021. Outro fator que contribuiu para a melhora foram as diversas ações realizadas por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Bruta	11.296.445	9.089.359	24,3%
Deduções à Receita Operacional	(4.355.498)	(3.664.341)	18,9%
Receita Operacional Líquida	6.940.947	5.425.018	27,9%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(7.156.122)	(5.433.487)	31,7%
EBITDA(1)*	308.761	419.915	-26,5%
Margem EBITDA*	4,45%	7,74%	-3,29 p.p
EBIT(2)*	(215.175)	(8.469)	>100,0%
Margem EBIT*	-3,10%	-0,16%	-2,94 p.p
Resultado Financeiro	(374.719)	(363.644)	3,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	221.508	122.417	80,9%
Lucro Líquido	(368.386)	(249.696)	47,5%
Margem Líquida	-5,31%	-4,60%	-0,71 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(2,21)	(1,50)	47,5%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

Em 2021 a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 24,3%, ou R\$ 2,2 bilhões, em relação ao 2020, totalizando R\$ 11,3 bilhões.

Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação aos 2020, como resultado do reajuste médio tarifário de 6,02% aplicado a partir de março de 2021, além da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto.
- Aumento na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório entre períodos; e
- Aumento na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 2020, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume no ano de 2021.

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2021

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2021 totalizaram R\$ 4,4 bilhões, contra R\$ 3,7 bilhões em 2020, representando um aumento de 18,9% ou R\$ 0,7 bilhões, resultado, sobretudo, do aumento da base de cálculo de ICMS na parte tributos e aumento dos encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador.

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados de aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

Os custos e despesas operacionais em 2021 tiveram um incremento de 31,7% (R\$ 1,7 bilhões), em relação a 2020. Estes efeitos são resultado, principalmente, das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis (incremento de R\$ 1,4 bilhões): totalizaram R\$ 4,9 bilhões, 37,8% maior em comparação ao valor registrado em 2020.

Tal variação é justificada pelo aumento nos Encargos de transmissão, conexão e distribuição, em função, sobretudo, de maior encargo por restrição operativa e também pelo aumento da Energia Elétrica Comprada para Revenda em razão de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado, sobretudo, da variação cambial no período, além do aumento de custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013), e de maior encargo com risco hidrológico.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 366,1 milhões): totalizaram R\$ 2,2 bilhões, 19,9% maior em comparação ao valor registrado em 2020. Esta variação é resultado, principalmente:

- Aumento na Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes, que esteve vigente até julho/21 para clientes convencionais e setembro de 2021 para clientes baixa renda;
- Aumento na linha de Materiais e Serviços de Terceiros devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2021;
- Aumento na Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas motivado pela normalização da rotina de processos judiciais com o abrandamento da pandemia.

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2021

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 308,7 milhões no ano de 2021, o que representa uma redução de 26% em relação ao ano de 2020, cujo montante foi de R\$ 419,9 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2021 foi de 4,4%, o que representa uma redução de 3,3 p.p. em relação a 2020, de 7,7%.

Resultado Financeiro

Em 2021 o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R\$ 374,7 milhões, representando um aumento de R\$ 11,1 milhões em relação a 2020. A variação observada explica-se, sobretudo, pelo:

- (i) aumento líquido nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, Variação Monetária e Cambial de Dívidas e Encargos de dívidas e mútuos) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 1,63% (4,44% em 2021 x 2,77% em 2020), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021 para financiar investimentos e capital de giro;
- (ii) Este efeito foi parcialmente compensado por uma menor despesa de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Tributos e Outros

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram um aumento de R\$ 99,2 milhões em relação ao ano de 2020.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2021 um prejuízo de R\$ 368,4 milhões, R\$ 118,7 milhões inferior ao registrado no ano de 2020, cujo montante foi de R\$ 249,7 milhões.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Os indicadores de endividamento apresentados a seguir, foram calculados com base no EBITDA societário.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2021	2020	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.991.097	4.278.639	40,0%
Dívida com Terceiros	971.630	2.211.517	-56,1%
Dívida Intercompany	5.019.467	2.067.122	>100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	357.689	696.241	-48,6%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.633.408	3.582.398	57,3%
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	3,75	3,50	7,0%
Dívida Líquida / EBITDA(1)*	3,53	2,93	20,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,62	0,54	13,6%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,60	0,50	20,7%

(1)* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

* Valores não auditados pelos auditores independentes
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2021

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 1.712 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 3.754 milhões para capital de giro, dos quais R\$ 171 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 2.762 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International, R\$ 141 milhões referem-se a mútuos com a empresa irmã EGP Cachoeira Dourada e R\$ 680 milhões a dívida bancária; (ii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 302 milhões; compensados parcialmente, por (iii) amortizações em torno de R\$ 2.199 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 180 milhões ocorridos entre os períodos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 32 milhões.

Dentre o valor captado e amortizado no período, vale destacar que em 27 de dezembro de 2021, com a disponibilidade de recursos para realização de operação entre Partes Relacionadas com a Enel Finance (empresa associada ao grupo), a Companhia realizou o pré-pagamento total da 10ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1.022.

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2021 com o custo médio de dívida no período de 7,99% a.a., ou CDI + 3,40 a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho N° 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700 milhões.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000 bilhão, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, totalizando R\$ 2.700 milhões. Em 2021, esse limite foi novamente ampliado em mais R\$ 600 milhões (despacho N° 902 de 30 de março de 2021) e R\$ 2.500 milhões, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA, Enel CIEN e CGTF. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.285 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2021	2020	Var. %
Novas Conexões	433.498	246.823	75,6%
Rede	406.540	319.028	27,4%
Combate às Perdas	174.338	140.637	24,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	157.193	156.830	0,2%
Adequação à carga	75.009	21.561	>100,0%
Outros	302.830	206.070	47,0%
Total Investido	1.142.868	771.921	48,1%
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	(2.419)	-100,0%
Investimento Líquido	1.142.868	769.502	48,5%

Em 2021, a Companhia investiu R\$ 1.142,9 milhões, montante 48,5% superior ao investido em 2020, com foco em expansão, por meio de novas conexões, em atividades e adequação de infraestrutura com foco no combate às perdas e melhoria da qualidade do sistema elétrico. Na rubrica “Outros” destacam-se também os investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (“TIC”), manutenção corretiva e segurança e meio ambiente.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

A Enel Distribuição Rio mantém a sustentabilidade no centro da estratégia da companhia, aliada ao seu plano de negócio. O plano de sustentabilidade, importante ferramenta estratégica é revisado anualmente e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. O plano tem objetivos, metas e indicadores monitorados nas mais diversas áreas da empresa, por meio de uma governança ética, coerente e transparente.

A atuação do Grupo Enel está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2021, a empresa integrou o movimento da sociedade civil, Unidos Pela Vacina que teve como meta viabilizar a vacinação da população adulta brasileira contra a Covid-19. O presidente do Conselho de Administração da Enel liderou as ações empresariais do movimento no estado do Rio de Janeiro e suas respectivas prefeituras. Além da mobilização do empresariado do Rio de Janeiro, a Enel também contribuiu com doações de equipamentos em três de suas distribuidoras: Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Ao todo, foram disponibilizados 235 equipamentos de refrigeração, entre refrigeradores científicos e geladeiras, além de 320 caixas térmicas para os estados do Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Ao todo foram amadrinhados 54 municípios e destinado cerca de R\$ 3 milhões para a aquisição e entrega dos equipamentos.

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2021

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 60 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Rio em 2021 beneficiaram mais de 508,9 mil pessoas, com um investimento de R\$ 34,5 milhões. Também foram gerados cerca de R\$ 1,4 milhões em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Com o programa Enel Compartilha Eficiência foram trocadas gratuitamente cerca de 1.119 geladeiras e 81,9 mil lâmpadas dos clientes das distribuidoras. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Subestação Sustentável Entroncamento Lagos: Em 2021, a Enel deu um passo importante nas obras de novas subestações. O projeto da SE Lagos contemplou iniciativas mais sustentáveis desde a sua etapa de planejamento, como reutilização de 40% do solo na própria obra e proteção dos corpos hídricos, evitando o assoreamento dos córregos locais por resíduos sólidos. Outro aspecto projetado de maneira inovadora foi a contenção das encostas por meio da hidrossemeadura, que atua na correção e nutrição do solo, permitindo maior estabilidade durante as obras. A subestação também prevê iniciativas de eficiência energética durante a sua operação, incluindo 100% de luzes de LED, iluminação e ventilação natural inteligentes, além de sensores de presença e sistema de refrigeração mais eficientes. A reutilização de recursos também está sendo explorada pela obra, repensando o descarte e reuso de água e materiais.

Nave Enel: Em 2021, o projeto Enel Compartilha Energia na Escola levou a Nave Educacional Enel para mais de 92 escolas, em 19 municípios da área de concessão da Enel Distribuição Rio. Ao todo foram 27 eventos realizados ao longo do ano, beneficiando mais de 5,8 mil alunos da rede pública de ensino com ações interativas, jogos lúdicos, segurança com a energia elétrica, meio ambiente e cidadania. Todas as ações realizadas pela Nave Enel seguiram os protocolos de prevenção à Covid-19, como uso de luvas e óculos descartáveis pelos alunos, álcool em gel e distanciamento seguro.

Escola de Mulheres Eletricistas: A Enel Distribuição Rio lançou, em 2021, o projeto Escolha de Mulheres Eletricistas. No total, 20 mulheres serão formadas em eletricistas de rede de baixa tensão. A iniciativa é realizada em parceria com o SENAI e integra o projeto Enel Compartilha Oportunidade. O curso, ministrado pela Firjan SENAI, terá a duração de 40 dias, sendo 30 na modalidade online e 10 dias na modalidade presencial, totalizando 240 horas. Com essa iniciativa, a Enel contribui para promover a inclusão e a maior participação feminina no mercado de energia.

Energia Legal: O operativo Energia Legal tem como objetivo promover ações de combate ao furto de energia, por meio de fiscalização em residências e estabelecimentos comerciais para identificar ligações irregulares. Durante a operação, os moradores dos municípios de Campos, São Francisco de Itabapoana, Macaé, Teresópolis, Casimiro de Abreu, Petrópolis, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Angra dos Reis, Cabo Frio, Tanguá, Saquarema e Maricá também tiveram acesso a diversas ações sobre consumo consciente e seguro de energia, além de poderem solicitar diversos serviços comerciais por meio de uma unidade móvel. Como segunda via de conta e troca de titularidade, bem como parcelamentos de dívidas. Nas 21 edições da operação Energia Legal realizadas pela empresa, em 2021, a companhia identificou furto de energia em 4.582 clientes, de 13 municípios da sua área de concessão.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O

Relatório da Administração Regulatório Enel Distribuição Rio 2021

último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surgem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito”, onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em *Conceitos e Aplicação ESG na Enel*, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano.

Certificações

A Enel Distribuição Rio de Janeiro conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

8 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

100 Open Startups

Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

Empresa Mais Digital de 2021

Relatório da Administração Regulatório

Enel Distribuição Rio 2021

Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15º posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos

O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

9

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), não prestaram durante o exercício de 2021 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

10

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	
Cargo	Diretoria Executiva
Diretora-Presidente	Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora Financeira e de Relações com Investidores	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor de Pessoas e Organização	Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Regulação	Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora Jurídica	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor de Compras	VAGO
Diretora Administrativo e de Planejamento e Controle	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes	VAGO
Diretor de Mercado	Luis Flavio de Sá

Conselho de Administração	
Cargo	Conselheiros
Presidente	Guilherme Gomes Lencastre
Vice-Presidente	Mario Fernando de Melo Santos
Membro Efetivo	Nicola Cotugno
Membro Efetivo	Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Membro Efetivo	Anna Paula Hiotte Pacheco
Membro Efetivo	Gino Celentano
Membro Efetivo	Otacilio de Souza Junior
Membro Suplente	Alain Rosolino
Membro Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Membro Suplente	Michelle Rodrigues Nogueira
Membro Suplente	Márcia Massotti de Carvalho
Membro Suplente	Janaina Savino Vilella Carro
Membro Suplente	Vago
Membro Suplente	Ana Claudia Gonçalves Rebello

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO

Em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	240.971	566.686
Títulos e valores mobiliários	6	116.718	129.555
Consumidores e outras contas a receber	7	1.689.161	1.533.485
Ativo financeiro setorial	10	691.884	285.595
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	95.367	22.015
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	221.647	38.044
Outros tributos compensáveis	9	588.234	142.473
Serviço em curso		47.816	41.256
Instrumentos financeiros derivativos - swap	28	18.141	330.288
Outros créditos		167.816	152.144
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.877.755	3.241.541
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	7	56.989	44.444
Ativo financeiro setorial	10	169.734	39.950
Depósitos vinculados a litígios	20	261.823	257.473
Outros tributos compensáveis	9	2.881.905	106.522
Instrumentos financeiros derivativos - swap	28	40.109	3.231
Tributos diferidos	25	925.688	867.569
Imobilizado	11	8.039.108	7.679.936
Intangível	12	446.371	377.196
Investimentos		1.141	2.624
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.822.868	9.378.945
TOTAL DO ATIVO		16.700.623	12.620.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO

Em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	13	1.358.499	1.085.352
Empréstimos e financiamentos	16	3.103.069	931.255
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	15	436.501	-
Salários, provisões e encargos sociais		65.536	76.609
Passivo financeiro setorial	10	383.981	587.093
Outras obrigações fiscais	14	191.988	200.161
Dividendos a pagar		77.771	57.987
Encargos setoriais	19	82.687	39.887
Instrumentos financeiros derivativos - swap	28	59.340	103
Provisão para processos judiciais e outros	20	486	179.662
Outras obrigações		197.542	108.903
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		5.957.400	3.267.012
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	16	2.872.962	2.681.857
Debêntures		-	998.943
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	15	2.814.422	-
Passivo financeiro setorial	10	70.776	127.936
Instrumentos financeiros derivativos - swap	28	13.976	-
Tributos diferidos	25	283.438	424.264
Outras obrigações fiscais	14	140.571	-
Encargos setoriais	19	43.305	50.654
Benefícios pós-emprego	17	348.582	590.246
Provisão para processos judiciais e outros	20	661.898	605.629
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		505.100	551.374
Outras obrigações		4.846	9.164
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.759.876	6.040.067
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	22	2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		668.007	517.638
Reservas de reavaliação regulatória		532.360	610.845
Outros resultados abrangentes		(27.230)	1.411
Prejuízos acumulados		(711.274)	(337.971)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.983.347	3.313.407
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.700.623	12.620.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita / ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		9.107.671	7.616.982
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		861.196	803.436
Outras receitas		530.521	402.441
Ativos e passivos financeiros setoriais		797.057	266.500
	23	<u>11.296.445</u>	<u>9.089.359</u>
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
ICMS		(2.538.728)	(2.136.922)
PIS-PASEP		(165.836)	(150.447)
Cofins		(763.850)	(720.108)
ISS		(4.879)	(4.194)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(34.231)	(26.638)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(804.888)	(581.219)
Programa de eficiência energética - PEE		(34.231)	(26.639)
Taxa de fiscalização		(8.855)	(8.473)
Outros encargos		-	(9.701)
		<u>(4.355.498)</u>	<u>(3.664.341)</u>
	23	<u>6.940.947</u>	<u>5.425.018</u>
Receita líquida / ingresso líquido			
Custos não gerenciáveis - parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(3.664.274)	(2.884.139)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(1.283.106)	(706.675)
		<u>(4.947.380)</u>	<u>(3.590.814)</u>
		<u>1.993.567</u>	<u>1.834.204</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis			
Custos gerenciáveis - parcela "B"			
Pessoal e administradores	24	(162.272)	(141.281)
Serviços de terceiros	26	(572.894)	(511.756)
Material	26	(22.848)	(18.738)
Arrendamentos e aluguéis	26	(13.213)	(11.248)
Seguros	26	(7.192)	(5.317)
Doações, contribuições e subvenções	26	(1.503)	(3.060)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	26	(576.370)	(503.625)
Provisão para processos judiciais e outros	26	(90.249)	(23.262)
Tributos	26	(3.253)	(3.389)
Depreciação e amortização	26	(523.936)	(428.384)
Outros despesas operacionais	26	(235.012)	(192.613)
		<u>(2.208.742)</u>	<u>(1.842.673)</u>
	27	<u>(374.719)</u>	<u>(363.644)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.011.133	453.094
Despesas financeiras		(1.385.852)	(816.738)
		<u>(589.894)</u>	<u>(372.113)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro			
Imposto de renda	25	103.732	90.045
Contribuição social	25	117.776	32.372
		<u>(368.386)</u>	<u>(249.696)</u>
Prejuízo do exercício			
Atribuível a:			
Acionistas controladores		(367.407)	(249.032)
Acionistas não controladores		(979)	(664)
		<u>(2,21074)</u>	<u>(1,49847)</u>
Lucro por ação originado das operações (em reais por milhares de ações)			
Básico - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		(2,20487)	(1,49448)
Detentores de ações ordinárias		(0,00588)	(0,00398)
Diluído - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		(2,20487)	(1,49448)
Detentores de ações ordinárias		(0,00588)	(0,00398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(368.386)	(249.696)
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	(118.917)	(52.028)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	40.432	17.690
Constituição da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	-	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	-	-
Realização e constituição da reserva de reavaliação líquidos dos tributos	<u>(78.485)</u>	<u>(34.338)</u>
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	131.478	(163.517)
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	<u>(44.703)</u>	<u>55.596</u>
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	86.775	(107.921)
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(43.396)	1.082
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	<u>14.755</u>	<u>(368)</u>
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	(28.641)	714
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	<u>(388.737)</u>	<u>(391.241)</u>
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	(387.704)	(390.201)
Acionistas não controladores	(1.033)	(1.040)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.498.230	2.308	20.946	135.904	452.189	645.183	697	(73.690)	3.681.767
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(163.517)	-	(163.517)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	55.596	-	55.596
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	107.921	(107.921)	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	1.082	-	1.082
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(368)	-	(368)
Realização da reserva de reavaliação 2020	-	-	-	-	-	(52.028)	-	52.028	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2020	-	-	-	-	-	17.690	-	(17.690)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(249.696)	(249.696)
Reserva Legal	-	-	-	2.446	-	-	-	(2.446)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	216	216
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(11.673)	(11.673)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	(72.901)	-	-	72.901	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	138.350	379.288	610.845	1.411	(337.971)	3.313.407
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	131.478	-	131.478
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(44.703)	-	(44.703)
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	(86.775)	86.775	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(43.396)	-	(43.396)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	14.755	-	14.755
Realização da reserva de reavaliação 2021	-	-	-	-	-	(118.917)	-	118.917	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2020	-	-	-	-	-	40.432	-	(40.432)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(220.620)	(220.620)
Reserva Legal	-	-	-	4.170	-	-	-	(4.170)	-
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(19.808)	(19.808)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	146.199	-	-	(146.199)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.498.230	2.308	20.946	142.520	525.487	532.360	(27.230)	(563.508)	3.131.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	(368.386)	(249.696)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	576.370	517.507
Depreciação e amortização	570.534	464.107
Juros e variações monetárias	444.231	718.650
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(54.622)	(301.040)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(31.883)	(7.416)
Valor residual de intangível e imobilizado	88.448	80.684
Tributos e contribuições social diferidos	(221.021)	(122.417)
Provisão para processos judiciais e outros	103.863	49.260
Obrigações com benefício pós-emprego	39.912	32.852
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores e outras contas a receber	(726.289)	(691.476)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(72.586)	(25.718)
Ativos financeiros setoriais	(374.978)	171.936
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(352.063)	(26.926)
Outros tributos compensáveis	(3.184.175)	(77.372)
Depósitos vinculados a litígios	(4.350)	(31.205)
Serviço em curso	(6.560)	8.132
Outros créditos	(39.577)	(23.688)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	282.137	204.050
Salários, provisões e encargos sociais	(4.684)	43.049
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(487)	(7.197)
Outras obrigações fiscais	110.285	12.814
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.250.923	-
Passivos financeiros setoriais	(260.272)	437.611
Encargos setoriais	33.248	(15.179)
Outras obrigações	84.321	1.474
	(117.661)	1.162.796
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(150.099)	(69.345)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(150.014)	(8.106)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(164.623)	(153.947)
Pagamentos de juros de instrumento financeiro derivativo	(15.103)	(7.991)
Pagamentos de processos judiciais e outros	(136.114)	(135.730)
Pagamentos de juros de arrendamento	(2.671)	(3.755)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(736.285)	783.922
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.132.486)	(846.639)
Títulos e valores mobiliários	12.837	(23.297)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.119.649)	(869.936)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.744.100	2.000.951
Pagamentos de debêntures (principal)	(1.000.000)	(600.000)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.574.154)	(1.089.113)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.513)	(5.142)
Pagamento de dividendos	(24)	(66.295)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	374.810	109.237
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.530.219	349.638
Varição no caixa líquido da Companhia	(325.715)	263.624
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	566.686	303.062
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de abril de 2022.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa

nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 31 de dezembro de 2021, No caso de Enel Rio também deve-se considerar os efeitos da Lei Estadual nº 8.769/20, que impossibilitou o corte massivo até junho de 2021. Sendo assim, a Companhia reestabeleceu seu processo de desconexão a partir de julho de 2021 e, para o segmento de baixa renda, retornou somente a partir de janeiro de 2022.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores, vide nota explicativa nº 7. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 86.929, a ser concedido nas faturas nas unidades consumidoras, vide nota explicativa nº 8. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ R\$ 20.742, o qual foi registrado como passivo financeiro

setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 10 - (Ativo financeiro setorial).

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL, possivelmente, no 1º trimestre de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez de água, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes regulados e novos clientes livres que migrarem a partir da data de emissão da referida Provisão Temporária) por meio da conta de energia. A ANEEL ainda publicará a resolução com as condições para o empréstimo.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em

condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 35 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

3.1. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis regulatórias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações contábeis regulatórias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelos serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

4. Políticas contábeis e estimativas

4.1 Receita

(a) Receita de fornecimento de energia elétrica

As receitas com fornecimento de energia são medidas por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base o histórico de consumo dos clientes.

(b) Receita não faturada

A Companhia efetua o processo de medição (leitura) do consumo de seus clientes de acordo com o cronograma de leitura estabelecido, como resultado desse processo, o consumo de MWh é faturado mensalmente para cada consumidor. Como parte do curso normal do processo de leitura, parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente, a Companhia realiza uma estimativa através de premissas estabelecidas com base no histórico de consumo e volume total de energia disponibilizada. Essa estimativa é registrada como receita de distribuição não faturada (uso de estimativa).

(c) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

(d) Receita de serviço

As receitas com serviços são complementares às atividades de energia como, por exemplo, como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

4.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(a) Classificação – Ativos e passivos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos

custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria o ativo indenizável relacionado à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos (swap).

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas as empréstimos indexadas às moedas estrangeiras.

Custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria os valores a receber com consumidores e outras contas a receber, ativo e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamento.

(b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou,
- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

(f) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 28 (NE Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro).

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o Grupo geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da

mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

(g) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 28 (NE Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro).

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(h) Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição ("VNR"), acrescido de correção monetária pelo IPCA, de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

4.3 Consumidores

A Companhia classifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica clientes. Os recebíveis reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, estão apresentados pelo valor presente, deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável.

Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por consumidores livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante, de acordo com a classificação do título que as originou. O critério utilizado pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa está baseado em normas da ANEEL e é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia.

Os critérios utilizados atualmente pela Companhia para constituição das perdas estimadas são aqueles estabelecidos pela ANEEL sendo: (i) consumidores da classe residencial com faturas vencidas há mais de 90 dias; (ii) consumidores da classe comercial com faturas vencidas há mais de 180 dias; (iii) consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros com faturas vencidas há mais de 360 dias. Contudo, existem casos de consumidores com débitos relevantes para os quais a Companhia efetua análise individual. A análise individual, desde que devidamente embasada, deverá sobrepor a regra geral detalhada anteriormente, para fins de eventuais registros de perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa. Créditos de consumidores registrados nas contas a receber (revisão de fatura) não são sujeitos à estimativa de perda.

4.4 Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. Os ativos e passivos regulatórios serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os registros dos valores a receber e a pagar são efetuados em contas de ativo e passivo, respectivamente, em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional líquida - ativo e passivo financeiro setorial.

4.5 Imobilizado

a) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.6 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

4.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (Obrigações especiais)

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

4.8 Reserva de reavaliação

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Com base na quarta revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL nº 223 de 10 de outubro de 2018, a Companhia registrou em 2018 a reavaliação regulatória.

4.9 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 – Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.

b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – *Financial instruments: Disclosures* e 09 – *Financial Instruments*

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

4.10 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023

de Estimativa e Retificação de Erro

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estarão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Julgamentos, estimativas e premissas

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Nota explicativa 28 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de

venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nota explicativa 7 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perdas estimadas calculada com base na experiência real de perda de crédito nos últimos 5 (cinco) anos utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, iluminação pública, serviço público e poder público).

Os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- (i) Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.
- (ii) Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Em ambos os modelos, a Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Nota explicativa 25 - Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Companhia é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem.

Nota explicativa 20 - Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota explicativa 17 - Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

Nota explicativa 28 - Instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e contas correntes bancárias	5.771	58.991
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	32.080	305.345
Operações compromissadas	195.695	196.421
	<u>227.775</u>	<u>501.766</u>
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos (i)	7.425	5.925
Operações compromissadas	-	4
Total de fundos de investimento não exclusivos	<u>7.425</u>	<u>5.929</u>
Total	<u>240.971</u>	<u>566.686</u>

- (i) Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	96.551	92.646
Fundos de investimentos exclusivos	20.167	36.909
Títulos públicos	11.424	31.397
LF - Letra Financeira	8.743	5.512
Total	<u>116.718</u>	<u>129.555</u>

Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, na qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 22,88% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2021 (7,11% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Consumidores e outras contas a receber

	A vencer		Vencidos				Total	PECLD	Total líquido
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias	31/12/2021		31/12/2021
<u>Circulante</u>									
Classe de consumidores:									
Residencial	226.837	265.052	52.432	140.661	312.342	848.784	1.846.108	(1.275.950)	570.158
Industrial	27.275	9.419	4.229	3.488	4.159	57.503	106.073	(58.653)	47.420
Comercial	85.254	49.689	9.208	25.930	45.455	161.928	377.464	(212.038)	165.426
Rural	7.223	9.218	1.082	2.597	4.331	12.552	37.003	(53.045)	(16.042)
Poder público	42.138	16.573	1.674	7.750	12.498	95.747	176.380	(98.883)	77.497
Iluminação pública	50.513	22.743	5.537	16.461	20.631	96.940	212.825	(97.657)	115.168
Serviço público	28.328	1.403	298	1.122	956	3.782	35.889	(4.176)	31.713
Fornecimento faturado	467.568	374.097	74.460	198.009	400.372	1.277.236	2.791.742	(1.800.402)	991.340
Receita não faturada	465.962	-	-	-	-	-	465.962	-	465.962
Parcelamento de débitos	154.868	-	-	-	-	-	154.868	-	154.868
Venda de Energia Excedente - MVE	3.671	-	-	-	-	-	3.671	-	3.671
Agente de Cobrança da Iluminação Pública	2.487	1.012	-	851	1.458	2.281	8.089	(4.660)	3.429
Compartilhamento de uso mútuo	14.122	12.748	2.366	11.469	9.396	35.374	85.475	(15.584)	69.891
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Contas a receber	641.110	13.760	2.366	12.320	10.854	41.791	722.201	(24.380)	697.821
Total do circulante	1.108.678	387.857	76.826	210.329	411.226	1.319.027	3.513.943	(1.824.782)	1.689.161
<u>Não circulante</u>									
Parcelamento de débitos	56.989	-	-	-	-	-	56.989	-	56.989
Total não circulante	56.989	-	-	-	-	-	56.989	-	56.989

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer		Vencidos				Total	PECLD	Total líquido
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias	31/12/2020		31/12/2020
<u>Circulante</u>									
Classe de consumidores:									
Residencial	267.446	223.036	67.823	93.747	188.187	632.575	1.472.814	(925.636)	547.178
Industrial	76.409	9.845	766	2.191	3.665	62.091	154.967	(63.506)	91.461
Comercial	134.993	47.592	8.812	14.921	33.852	136.729	376.899	(170.581)	206.318
Rural	6.913	5.529	1.485	2.369	2.989	52.424	71.709	(54.896)	16.813
Poder público	44.227	18.574	6.055	12.297	21.835	72.778	175.766	(79.069)	96.697
Iluminação pública	35.623	22.467	6.164	10.405	19.018	68.259	161.936	(68.742)	93.194
Serviço público	27.762	859	171	349	637	2.610	32.388	(2.908)	29.480
Fornecimento faturado	593.373	327.902	91.276	136.279	270.183	1.027.466	2.446.479	(1.365.338)	1.081.141
Receita não faturada	304.475	-	-	-	-	-	304.475	-	304.475
Parcelamento de débitos	112.582	-	-	-	-	-	112.582	-	112.582
Agente de Cobrança da Iluminação Pública	-	649	156	400	379	3.499	5.083	(1.280)	3.803
Compartilhamento de uso mútuo	4.511	6.802	2.634	747	3.689	31.711	50.094	(18.610)	31.484
Contas a receber	421.568	7.451	2.790	1.147	4.068	35.210	472.234	(19.890)	452.344
Total do circulante	1.014.941	335.353	94.066	137.426	274.251	1.062.676	2.918.713	(1.385.228)	1.533.485
<u>Não circulante</u>									
Parcelamento de débitos	45.673	-	-	-	-	-	45.673	(1.229)	44.444
Total não circulante	45.673	-	-	-	-	4.136	49.809	(5.365)	44.444

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
PECLD sobre contas a receber	(1.390.593)	(555.579)	121.390	(1.824.782)
PECLD sobre outros créditos	(20.469)	(2.171)	-	(22.640)
	(1.411.062)	(557.750)	121.390	(1.847.422)

	31.12.2019	Adições	Baixas	31/12/2020
PECLD sobre contas a receber	(981.714)	(505.576)	96.697	(1.390.593)
PECLD sobre outros créditos	(8.538)	(11.931)	-	(20.469)
	(990.252)	(517.507)	96.697	(1.411.062)

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos, conforme este momento. O ano de 2021 se mostrou desafiador no sentido de recuperar dívidas acumuladas durante o primeiro ano da pandemia de COVID, o que acabou impactando a expectativa de perda. A Companhia tem envidado todos os esforços necessários para recuperar esta dívida, fazendo campanhas de negociação, intensificando e ampliando os canais de negociação e focando as ações de cobrança em dívidas com maior potencial de recuperação.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	31.12.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsidio CDE	2.654	2.547
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	2.202	18.835
CDE a receber - diferença ciclo anterior	3.582	633
Bônus - Redução Voluntária de consumo (a)	86.929	-
	95.367	22.015

(a) Em Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. Como o bônus concedido será ressarcido por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, a Companhia constituiu um conta a receber e uma obrigação do mesmo valor de R\$ 86.929.

9. Tributos a compensar

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	112.379	1.560
Contribuição social	40.788	1.648
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	68.480	34.836
Total	221.647	38.044

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (a)	138.221	106.936	92.524	106.522
PIS e COFINS	11.623	-	-	-
PIS e COFINS (ICMS) (b)	436.501	2.774.969	20.983	-
Outros tributos	1.889	-	28.966	-
Total	588.234	2.881.905	142.473	106.522

- a) Em 31 de dezembro de 2021, o total de crédito de ICMS, está composto por R\$ 125.504 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 44.392 de Incentivo cultural, R\$ 23.789 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 11.822 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 14.918 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R\$ 24.730 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio.
- b) A Companhia amparada pela a decisão do STF de 13 de maio de 2021 (vide nota explicativa nº15) na melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 um ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 436.501 no curto prazo e R\$ 2.774.969 no longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	212.385	1.268.230	(188.665)	(432.033)	26.636	(107.892)	778.661	14.379	764.282	623.711	154.950
Aquisição de Energia - (CVA energia)	149.537	891.301	(171.139)	(415.848)	18.940	(106.458)	366.333	-	366.333	292.063	74.270
Proinfra	2.980	2.698	-	-	19	(4.592)	1.105	1.105	-	1.105	-
Transporte Rede Básica	9.713	15.863	(13.441)	-	1.735	12.869	26.739	-	26.739	21.318	5.421
Transporte de Energia - Itaipu	1.574	1.558	(4.085)	-	385	1.829	1.261	-	1.261	1.005	256
ESS	23.080	352.518	-	(16.185)	4.673	(402)	363.684	6.955	356.729	291.361	72.323
CDE	25.501	4.292	-	-	884	(11.138)	19.539	6.319	13.220	16.859	2.680
Demais ativos regulatórios	113.161	142.396	(43.436)	-	(2.668)	(126.496)	82.957	9.664	73.293	68.173	14.784
Neutralidade da Parcela A	64.188	121.210	(48.322)	-	(283)	(71.226)	65.567	9.664	55.903	54.233	11.334
Sobrecontratação de Energia	692	43.854	57.552	-	(2.962)	(99.136)	-	-	-	-	-
Outros	48.281	(22.668)	(52.666)	-	577	43.866	17.390	-	17.390	13.940	3.450
Total ativos regulatórios	325.546	1.410.626	(232.101)	(432.033)	23.968	(234.388)	861.618	24.043	837.575	691.884	169.734

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Emprestimo COVID	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	428.222	647.291	(442.553)	19.991	(91.837)	14.004	(362.733)	212.385	86.347	126.038	186.832	25.553
Aquisição de Energia - (CVA energia)	390.141	524.152	(409.658)	-	(91.837)	13.273	(276.534)	149.537	79.281	70.256	135.293	14.244
Proinfra	-	-	-	2.956	-	-	24	2.980	-	2.980	2.376	604
Transporte Rede Básica	29.316	110.686	(25.534)	(105.325)	-	570	-	9.713	5.492	4.221	8.857	856
Transporte de Energia - Itaipu	8.765	12.453	(7.361)	-	-	161	(12.444)	1.574	1.574	-	1.574	-
ESS	-	-	-	73.369	-	-	(50.289)	23.080	-	23.080	18.401	4.679
CDE	-	-	-	48.991	-	-	(23.490)	25.501	-	25.501	20.331	5.170
Demais ativos regulatórios	13.716	133.457	(135.910)	(135.419)	-	7.485	229.831	113.160	42.192	70.968	98.763	14.397
PIS/COFINS alíquota efetiva	9.266	-	-	-	-	-	(9.266)	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	7.600	93.819	-	(49.589)	-	509	11.850	64.189	-	64.189	51.175	13.014
Sobrecontratação de Energia	1.748	-	-	(85.830)	-	-	84.774	692	-	692	552	140
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(4.898)	39.638	(135.910)	-	-	6.976	142.473	48.279	42.192	6.087	47.036	1.243
Total ativos regulatórios	441.938	780.748	(578.463)	(115.428)	(91.837)	21.489	(132.902)	325.545	128.539	197.006	285.595	39.950

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	304.103	(77.777)	(136.602)	94.311	7.455	(163.452)	28.038	28.037	1	28.038	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	266.059	(6.676)	(116.448)	-	2.136	(120.221)	24.850	24.849	1	24.850	-
Proinfra	798	-	2.799	-	(40)	(3.557)	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	(10.219)	(9.196)	-	(17)	22.222	2.790	2.790	-	2.790	-
Transporte de Energia - Itaipu	1.342	-	(2.307)	-	59	1.304	398	398	-	398	-
ESS	21.689	(39.344)	(11.215)	94.311	3.667	(69.108)	-	-	-	-	-
CDE	14.215	(21.538)	(235)	-	1.650	5.908	-	-	-	-	-
Demais passivos regulatórios	410.926	389.299	(409.619)	3.357	30.830	1.926	426.719	77.249	349.470	355.943	70.776
Neutralidade da Parcela A	2.790	59.994	(2.790)	-	(1.754)	(58.240)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	32.685	118.447	(19.036)	3.357	2.563	(9.289)	128.727	12.789	115.938	105.222	23.505
Devoluções Tarifárias	29.358	27.197	(29.403)	-	1.973	-	29.125	4.927	24.198	24.219	4.906
Outros	218.185	166.066	(205.251)	-	5.019	(13.477)	170.542	35.624	134.918	143.189	27.353
Parcela B	127.908	17.595	(153.139)	-	23.029	82.932	98.325	23.909	74.416	83.313	15.012
Total passivos regulatórios	715.029	311.522	(546.221)	97.668	38.285	(161.526)	454.757	105.286	349.471	383.981	70.776

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Empréstimo COVID	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	190.236	68.124	(156.537)	556.382	8.637	(362.739)	304.103	36.702	267.401	249.890	54.213
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	542.595	-	(276.536)	266.059	-	266.059	212.118	53.941
Proinfa	1.109	2.214	(2.602)	-	52	25	798	798	-	798	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	13.787	-	(12.445)	1.342	-	1.342	1.070	272
ESS	116.031	60.151	(107.965)	-	3.761	(50.289)	21.689	21.689	-	21.689	-
CDE	73.096	5.759	(45.970)	-	4.824	(23.494)	14.215	14.215	-	14.215	-
Demais passivos regulatórios	87.182	246.143	(289.020)	127.680	5.439	233.502	410.926	47.332	363.594	337.203	73.723
Neutralidade da Parcela A	-	-	(9.058)	-	-	11.848	2.790	2.790	-	2.790	-
Sobrecontratação de Energia	31.481	1.378	(101.469)	-	1.607	99.688	32.685	12.641	20.044	28.621	4.064
Devoluções Tarifárias	41.530	29.537	(27.234)	-	514	(14.989)	29.358	4.771	24.587	24.373	4.985
Outros	14.171	-	-	-	-	(14.171)	-	-	-	-	-
Parcela B	-	-	-	127.680	114	-	127.794	-	127.794	101.885	25.909
Risco hidrológico	-	215.228	(151.259)	-	3.204	151.126	218.299	27.130	191.169	179.534	38.765
Total passivos regulatórios	277.418	314.267	(445.557)	684.062	14.076	(129.237)	715.029	84.034	630.995	587.093	127.936

Energia: O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pelo aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, maior acionamento térmico, aumento do PLD médio no período e da taxa média de câmbio de energia Itaipu, que no período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5,38.

ESS (Encargo de Serviço do Sistema): O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças).

11. Imobilizado

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	13.025.138	-	(16.189)	554.641	(8.092)	189	13.555.687	530.549	(6.757.582)	6.798.105	6.798.864	(786.901)	383.798	(403.103)
Terrenos	48.719	-	-	6	-	-	48.725	6	-	48.725	48.719	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	208.098	-	-	12.819	-	-	220.917	12.819	(139.116)	81.801	74.257	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	12.746.840	-	(16.189)	541.811	(8.092)	189	13.264.559	517.719	(6.607.235)	6.657.324	6.664.234	(786.901)	383.798	(403.103)
Veículos	2.915	-	-	-	-	-	2.915	-	(2.974)	(59)	13	-	-	-
Móveis e Utensílios	18.566	-	-	5	-	-	18.571	5	(8.257)	10.314	11.641	-	-	-
Administração	219.267	-	(4.324)	212	(6.479)	-	208.676	(10.591)	(171.665)	37.011	45.970	-	-	-
Terrenos	1.631	-	-	-	-	-	1.631	-	-	1.631	1.631	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	18.889	-	-	-	-	-	18.889	-	(10.634)	8.255	9.070	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	129.958	-	(4.324)	208	(6.479)	-	119.363	(10.595)	(100.855)	18.508	24.809	-	-	-
Veículos	3.402	-	-	-	-	-	3.402	-	(2.172)	1.230	138	-	-	-
Móveis e Utensílios	65.387	-	-	4	-	-	65.391	4	(58.004)	7.387	10.322	-	-	-
Subtotal	13.244.405	-	(20.513)	554.853	(14.571)	189	13.764.363	519.958	(6.929.247)	6.835.116	6.844.834	(786.901)	383.798	(403.103)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	815.122	949.653	(72.963)	(554.637)	(9.802)	-	1.127.373	312.251	-	1.127.373	815.126	(101.993)	-	(101.993)
Máquinas e Equipamentos	522.896	848.071	-	(541.812)	2.922	-	832.077	309.181	-	832.077	522.898	(101.993)	-	(101.993)
Outros	292.226	101.582	(72.963)	(12.825)	(12.724)	-	295.296	3.070	-	295.296	292.228	-	-	-
Administração	19.977	(26.655)	-	(217)	83.514	-	76.619	56.642	-	76.619	19.976	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	7.525	3.690	-	(213)	2.980	-	13.982	6.457	-	13.982	7.524	-	-	-
Outros	12.452	(30.345)	-	(4)	80.534	-	62.637	50.185	-	62.637	12.452	-	-	-
Subtotal	835.099	922.998	(72.963)	(554.854)	73.712	-	1.203.992	368.893	-	1.203.992	835.102	(101.993)	-	(101.993)
Total do Ativo Imobilizado	14.079.504	922.998	(93.476)	(1)	59.141	189	14.968.355	888.851	(6.929.247)	8.039.108	7.679.936	(888.894)	383.798	(505.096)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	12.502.214	-	(152.230)	638.894	36.260	13.025.138	486.664	(6.226.274)	6.798.864	6.651.325	(766.572)	317.194	(449.378)
Terrenos	48.719	-	-	-	-	48.719	-	-	48.719	48.719	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	195.831	-	-	12.267	-	208.098	12.267	(133.841)	74.257	65.422	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	12.238.529	-	(152.230)	624.281	36.260	12.746.840	472.051	(6.082.606)	6.664.234	6.526.976	(766.572)	317.194	(449.378)
Veículos	2.915	-	-	-	-	2.915	-	(2.902)	13	13	-	-	-
Móveis e Utensílios	16.220	-	-	2.346	-	18.566	2.346	(6.925)	11.641	10.195	-	-	-
Administração	207.188	-	(1.073)	14.777	(1.625)	219.267	13.704	(173.297)	45.970	37.565	-	-	-
Terrenos	1.631	-	-	-	-	1.631	-	-	1.631	1.631	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	15.056	-	-	3.833	-	18.889	3.833	(9.819)	9.070	5.549	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	125.214	-	(1.073)	7.442	(1.625)	129.958	6.369	(105.149)	24.809	21.533	-	-	-
Veículos	3.402	-	-	-	-	3.402	-	(3.264)	138	193	-	-	-
Móveis e Utensílios	61.885	-	-	3.502	-	65.387	3.502	(55.065)	10.322	8.659	-	-	-
Subtotal	12.709.402	-	(153.303)	653.671	34.635	13.244.405	500.368	(6.399.571)	6.844.834	6.688.890	(766.572)	317.194	(449.378)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	762.075	691.945	-	(638.894)	-	815.126	53.051	-	815.126	762.075	(101.992)	-	(101.992)
Máquinas e Equipamentos	535.680	611.499	-	(624.281)	-	522.898	(12.782)	-	522.898	535.680	(101.992)	-	(101.992)
Outros	226.395	80.446	-	(14.613)	-	292.228	65.833	-	292.228	226.395	-	-	-
Administração	18.024	16.729	-	(14.777)	-	19.976	1.952	-	19.976	18.024	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	6.914	8.052	-	(7.442)	-	7.524	610	-	7.524	6.914	-	-	-
Outros	11.110	8.677	-	(7.335)	-	12.452	1.342	-	12.452	11.110	-	-	-
Subtotal	780.099	708.674	-	(653.671)	-	835.102	55.003	-	835.102	780.099	(101.992)	-	(101.992)
Total do Ativo Imobilizado	13.489.501	708.674	(153.303)	-	34.635	14.079.507	555.371	(6.399.571)	7.679.936	7.468.989	(868.564)	317.194	(551.370)

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Baixas (A)	Baixas de Reavaliação (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)
AIS Bruto	12.746.840	(16.189)	(8.092)	541.811	189	13.264.559	517.719
Transformador de Distribuição	1.628.796	-	-	-	(2)	1.628.794	(2)
Medidor	2.072.219	-	-	-	-	2.072.219	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	240.593	-	-	54.078	-	294.671	54.078
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	5.102.366	(16.189)	(8.092)	164.977	14.252	5.257.314	154.948
Redes Alta Tensão (69 kV)	472.730	-	-	2.482	(215.728)	259.484	(213.246)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	823.209	-	-	45.331	(353.483)	515.057	(308.152)
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	769	-	-	-	(467)	302	(467)
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	155.649	-	-	1.932	9.698	167.279	11.630
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	1.033.590	-	-	4.946	(453.702)	584.834	(448.756)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	1.803.692	-	-	44.515	(794.466)	1.053.741	(749.951)
Demais máquinas e equipamentos	(586.773)	-	-	223.550	1.794.087	1.430.864	2.017.637
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(766.572)	-	-	-	(20.329)	(786.901)	(20.329)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	(680)	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(435.384)	-	-	-	(158.278)	(593.662)	(158.278)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	(45.326)	(45.326)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento	(58.687)	-	-	-	39.697	(18.990)	39.697
Outros	(272.501)	-	-	-	144.258	(128.243)	144.258

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Valor Bruto em 31/12/2019	Baixas (A)	Transferências (B)	Reavaliação (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)
AIS Bruto	12.238.529	(152.230)	624.281	36.260	12.746.840	472.051
Transformador de Distribuição	1.587.060	(12.164)	72.266	(18.366)	1.628.796	60.102
Medidor	1.985.774	(5.459)	92.401	(497)	2.072.219	86.942
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	261.748	(102.264)	-	81.109	240.593	(102.264)
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.869.205	(28.841)	287.831	(25.829)	5.102.366	258.990
Redes Alta Tensão (69 kV)	472.061	-	669	-	472.730	669
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	784.556	-	38.653	-	823.209	38.653
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	769	-	-	-	769	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	153.294	-	2.355	-	155.649	2.355
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	1.027.672	-	5.918	-	1.033.590	5.918
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	1.788.655	-	15.037	-	1.803.692	15.037
Demais máquinas e equipamentos	(692.265)	(3.502)	109.151	(157)	(586.773)	105.649
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(766.572)	-	-	-	(766.572)	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(58.687)	-	-	-	(58.687)	-
Outros	(707.885)	-	-	-	(707.885)	-
Originadas da Receita	(272.501)	-	-	-	(272.501)	-
Outros	(272.501)	-	-	-	(272.501)	-
Outros	(435.384)	-	-	-	(435.384)	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Distribuição		13.555.687	(6.757.582)	6.798.105	13.025.138	(6.226.274)	6.798.864
Custo Histórico	6,15%	8.041.613	(3.128.861)	4.912.752	9.104.797	(3.313.294)	5.791.503
Correção Monetária Especial	4,75%	68.314	(67.840)	474	144.858	(129.582)	15.276
Reavaliação	5,40%	5.445.760	(3.560.881)	1.884.879	3.775.483	(2.783.398)	992.085
Administração		208.676	(171.665)	37.011	219.267	(173.297)	45.970
Custo Histórico	8,91%	53.897	(44.194)	9.703	121.624	(77.887)	43.737
Correção Monetária Especial	7,56%	1.261	(1.261)	-	9.707	(9.463)	244
Reavaliação	8,91%	153.518	(126.210)	27.308	87.936	(85.947)	1.989
Total do ativo imobilizado em serviço		13.764.363	(6.929.247)	6.835.116	13.244.405	(6.399.571)	6.844.834
Em curso							
Distribuição		1.127.373	-	1.127.373	815.126	-	815.126
Administração		76.619	-	76.619	19.976	-	19.976
Total do ativo imobilizado em curso		1.203.992	-	1.203.992	835.102	-	835.102
Total do ativo imobilizado		14.968.355	(6.929.247)	8.039.108	14.079.507	(6.399.571)	7.679.936

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	11.807	943	-	-	12.750
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	21.905	5.773	1.730	996	119	30.523
Máquinas e equipamentos	524.696	284.587	40.299	118	2.061	851.761
Móveis e utensílios	4.543	11.923	2.469	-	-	18.935
Material em depósito	9.029	-	-	-	-	9.029
Total das adições do ativo imobilizado em curso	560.173	314.090	45.441	1.114	2.180	922.998

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2012, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Distribuição

Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora		
	Descrição do bem	R\$
1.	SERV TI DESENV/IMPLANT MOD FUNC SOFTWARE	38.174
2.	CABO CONC.0,6/1 kV AL16MM PMR210.13.0.FP	26.694
3.	CS SGP+MIIII TRI 310, 120V RF 7M1BIT PD	24.889
4.	RELIGADOR,1F,27KV, 200A,OP.3F,NTE044/01	22.196
5.	FORNECIMENTOS DE MATERIAIS MENORES	19.897
6.	TD,3P,13.8-0.22/0.127kV,150KVA,GST01/908	18.284
7.	CHO501_A_INST RAMA BT MONO/BI ATÉ 36MM2	16.872
8.	MONTAGEM A MÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS	13.740
9.	TERRAPLANAGEM	11.453
10.	CABO,COBERTO,185MM,15KVXLPE+HDPE,GSCC021	10.950

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora		
	Descrição do bem	R\$
1.	MICROCOMPUTADOR-COMPUT.E EQUIP. COMPLEMENTARES...	10.803
2.	TRAFO DIST-AÉR-13,8kV-220/127V-45KVA-TRIF/TRIP-CON	1.573
3.	TRAFO DIST-AÉR-13,8kV-220/127V-75KVA-TRIF/TRIP-CON	1.414
4.	TRAFO DIST-AÉR-13,8kV-220/127V-30KVA-TRIF/TRIP-CON	1.140
5.	RELIG. 15KV, 400A, ELETRÔNICO	918
6.	COND NU CU CU 70 MM²	807
7.	COND NU AL CA 336,4 MCM	768
8.	POSTE-CIRC-CONCR-11 M-400 daN	646
9.	COND NU AL CA 2 AWG	606
10.	CHAVE-SEC-15kv-400A-1F-MAN-SECO	582

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Intangível

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	316.761	-	17.880	-	334.641	17.880	(143.059)	191.582	186.479
Servidões	116.842	-	318	-	117.160	318	(192)	116.968	116.650
Softwares	157.260	-	17.562	-	174.822	17.562	(140.844)	33.978	29.193
Outros	42.659	-	-	-	42.659	-	(2.023)	40.636	40.636
Administração	275.272	-	16.421	-	291.693	16.421	(197.993)	93.700	108.431
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	274.103	-	16.421	-	290.524	16.421	(197.987)	92.537	107.268
Outros	1.169	-	-	-	1.169	-	(6)	1.163	1.163
Subtotal	592.033	-	34.301	-	626.334	34.301	(341.052)	285.282	294.910
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	1.927	81.831	(17.880)	(1.499)	64.379	62.452	-	64.379	2.077
Servidões	-	318	(318)	107	107	107	-	107	1
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	4.513
Outros	1.927	81.513	(17.562)	(1.606)	64.272	62.345	-	64.272	(2.437)
Administração	80.360	28.894	(16.421)	3.877	96.710	16.350	-	96.710	80.209
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	80.360	28.894	(16.421)	3.877	96.710	16.350	-	96.710	66.425
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	13.784
Subtotal	82.287	110.725	(34.301)	2.378	161.089	78.802	-	161.089	82.286
Total do Ativo Intangível	674.320	110.725	-	2.378	787.423	113.103	(341.052)	446.371	377.196

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Intangível	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço								
Distribuição	314.509	-	2.251	316.760	2.251	(130.281)	186.479	195.694
Servidões	116.842	-	-	116.842	-	(192)	116.650	116.706
Softwares	155.008	-	2.251	157.259	2.251	(128.066)	29.193	38.352
Outros	42.659	-	-	42.659	-	(2.023)	40.636	40.636
Administração	205.147	-	70.124	275.271	70.124	(166.840)	108.431	58.869
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	203.978	-	70.124	274.102	70.124	(166.834)	107.268	57.706
Outros	1.169	-	-	1.169	-	(6)	1.163	1.163
Subtotal	519.656	-	72.375	592.031	72.375	(297.121)	294.910	254.563
Ativo Intangível em Curso								
Distribuição	4.640	(312)	(2.251)	2.077	(2.563)	-	2.077	4.640
Servidões	1	-	-	1	-	-	1	1
Softwares	4.513	-	-	4.513	-	-	4.513	4.513
Outros	126	(312)	(2.251)	(2.437)	(2.563)	-	(2.437)	126
Administração	67.876	82.457	(70.124)	80.209	12.333	-	80.209	67.876
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	66.425	-	-	66.425	-	-	66.425	66.425
Outros	1.451	82.457	(70.124)	13.784	12.333	-	13.784	1.451
Subtotal	72.516	82.145	(72.375)	82.286	9.770	-	82.286	72.516
Total do Ativo Intangível	592.172	82.145	-	674.317	82.145	(297.121)	377.196	327.079

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários. Como resultado da utilização desse critério, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço							
Distribuição		334.641	(143.059)	191.582	316.760	(130.281)	186.479
Custo Histórico	20,00%	177.219	(110.694)	66.525	173.433	(87.416)	86.017
Correção Monetária Especial		88	-	88	955	-	955
Reavaliação	20,00%	157.334	(32.365)	124.969	142.372	(42.865)	99.507
Administração		291.693	(197.993)	93.700	275.271	(166.840)	108.431
Custo Histórico	20,00%	224.981	(119.569)	105.412	226.072	(117.939)	108.133
Correção Monetária Especial	20,00%	-	-	-	1.071	(1.071)	-
Reavaliação	20,00%	66.712	(78.424)	(11.712)	48.128	(47.830)	298
Total do ativo intangível em serviço		626.334	(341.052)	285.282	592.031	(297.121)	294.910
Em curso							
Distribuição		64.379	-	64.379	2.078	-	2.078
Administração		96.710	-	96.710	80.208	-	80.208
Total do ativo intangível em curso		161.089	-	161.089	82.286	-	82.286
Total do ativo intangível		787.423	(341.052)	446.371	674.317	(297.121)	377.196

13. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Compra de Energia (a)	433.166	504.735
Compra de Energia com partes relacionadas	1.847	1.292
Encargo de Uso da Rede (b)	277.120	198.086
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	432	418
Total energia	712.565	704.531
Materiais e serviços	526.922	291.569
Materiais e serviços com partes relacionadas	119.012	89.252
Total fornecedores	1.358.499	1.085.352

- a) A redução do saldo a pagar da compra de energia está principalmente relacionado à melhora do cenário hidrológico nos últimos dois meses de 2021, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas..
- b) O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado a redução do PLD nos últimos dois meses de 2021, que ocasionou o provisionamento de EER (Encargo de energia de reserva).

14. Obrigações fiscais

	31.12.2021			31.12.2020
	Circulante	Não circulante	Total	
Obrigações fiscais federais				
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	57.095	140.571	197.666	43.824
Programa de integração social - PIS	5.491	-	5.491	9.379
INSS s/ terceiros	5.188	-	5.188	7.253
Outros tributos e contribuições	571	-	571	7.508
Subtotal - Federais	68.345	140.571	208.916	67.964
Obrigações fiscais estaduais				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	117.413	-	117.413	128.233
Subtotal - Estaduais	117.413	-	117.413	128.233
Obrigações fiscais municipais				
Imposto sobre serviços - ISS	8.039	-	8.039	1.755
Outros tributos e contribuições	(1.809)	-	(1.809)	2.209
Subtotal - municipais	6.230	-	6.230	3.964
Total outros tributos a pagar	191.988	140.571	332.559	200.161

- a) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. Para as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10, é efetuado pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20, quando o pagamento ocorre no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e são deduzidos os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento.

- b) Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS):

A Companhia identificou no faturamento de alguns clientes, uma base de cálculo de ICMS

incorreta, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2020. Com isto, foi cobrado destes clientes e pago ao Estado do Rio de Janeiro valor de ICMS inferior ao devido. Assim foi indicado o pagamento do imposto, o qual foi realizado por meio de adesão ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS) que prevê a redução de penalidades. A adesão foi realizada para parcelamento em 6 parcelas, com redução de 80% da multa. O valor do débito parcelado foi no montante total de R\$ 13.222, o qual está 100% liquidado em 31 de dezembro de 2021.

15. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R\$ 3.211.470 e passivo a repassar aos consumidores de igual valor, por entender que os valores a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante compensado de R\$ 39.353 e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	9	436.501	-
<u>Ativo não circulante</u>	9	2.774.969	-
Total do ativo		3.211.470	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>	17	436.501	-
<u>Passivo não circulante</u>	17	2.814.422	-
Total do passivo		3.250.923	-
		31.12.2021	31.12.2020
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	27	(2.055.395)	-
PIS/COFINS - tributo a compensar	27	2.055.395	-
Impacto líquido		-	-
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		1.195.528	-
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(1.195.528)	-
Impacto líquido		-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Constituição	2.055.395	2.055.395
Atualização	1.195.528	1.195.528
Compensação	(39.453)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.211.470	3.250.923

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.12.2021						31.12.2020						
	Circulante			Não Circulante			Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		
Moeda estrangeira:													
Citibank N.A (II)	-	-	-	-	-	-	36	501.246	501.282	-	-	-	501.282
Itaú BBA International PLC	-	-	-	-	-	-	8.180	392.975	401.155	-	-	-	401.155
Scotiabank 4131 III	1.195	-	1.195	205.923	205.923	207.118	-	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131 IV	607	-	607	123.554	123.554	124.161	-	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131 V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNP PARIBAS 4131 II	79	218.843	218.922	-	-	218.922	74	-	74	-	203.792	203.792	203.866
Total	1.881	218.843	220.724	329.477	329.477	550.201	8.290	894.221	902.511	-	203.792	203.792	1.106.303
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas													
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812	-	-	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812	-	-	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	8.839	1.230.652	1.239.491	1.889.522	1.889.522	3.129.013	8.290	894.221	902.511	-	203.792	203.792	1.106.303
Moeda nacional:													
Financiamentos													
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	15	8.257	8.272	3.440	3.440	11.712	26	8.257	8.283	-	11.697	11.697	19.980
BNP PARIBAS 4131	13.720	400.000	413.720	-	-	413.720	13.720	-	13.720	-	400.000	400.000	413.720
Financiamentos - Moeda nacional	13.735	408.257	421.992	3.440	3.440	425.432	13.746	8.257	22.003	-	411.697	411.697	433.700
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas													
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202.598	202.598	202.598
Enel Brasil Mútuo não Subordinado (vide nota 22)	73.426	1.211.861	1.285.287	-	-	1.285.287	-	-	-	17.853	1.095.917	1.113.770	1.113.770
Enel Finance International N.V. I e II	14.837	-	14.837	980.000	980.000	994.837	754	-	754	-	750.000	750.000	750.754
CDSA (vide nota 22)	738	140.724	141.462	-	-	141.462	-	-	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	89.001	1.352.585	1.441.586	980.000	980.000	2.421.586	754	-	754	17.853	2.048.515	2.066.368	2.067.122
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	102.736	1.760.842	1.863.578	983.440	983.440	2.847.018	14.500	8.257	22.757	17.853	2.460.212	2.478.065	2.500.822
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	111.575	2.991.494	3.103.069	2.872.962	2.872.962	5.976.031	22.790	902.478	925.268	17.853	2.664.004	2.681.857	3.607.125

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310	2.376.067
Captações	53.890	1.597.061	350.000	-	2.000.951
Encargos provisionados	42.755	44.981	30.094	-	117.830
Encargos pagos	(64.890)	-	(31.445)	-	(96.335)
Variação monetária e cambial	-	-	211.661	88.277	299.938
Transferências	(416.069)	416.069	579.795	(579.795)	-
Amortizações	(629.875)	-	(459.238)	-	(1.089.113)
Juros incorporados ao principal	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	(2.213)	-	(2.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Captações	-	531.601	1.385.953	1.826.546	3.744.100
Encargos provisionados	109.351	57.903	23.065	3.982	194.301
Encargos pagos	(86.764)	-	(26.194)	-	(112.958)
Variação monetária e cambial	-	-	51.580	63.880	115.460
Transferências	2.084.129	(2.084.129)	208.677	(208.678)	(1)
Amortizações	(265.895)	-	(1.308.259)	-	(1.574.154)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.863.578	983.440	1.239.491	1.889.522	5.976.031

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.12.2021			
2023	2024	2025	Total não Circulante
870.919	1.672.567	329.476	2.872.962



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank V	360.000	25/03/2021	15/12/2021	1,04%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
EFI - Credit Agreement II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. III	294.500	01/07/2021	01/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IV	299.800	08/07/2021	10/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. V	306.765	03/09/2021	03/09/2024	1,53%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 56	100.466	30/09/2021	16/11/2021	CDI + 1%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 57	60.412	23/12/2021	15/02/2022	CDI + 1,4%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla x CDSA I	140.724	14/12/2021	07/01/2022	CDI + 1,4%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. Vi	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. Vii	347.881	14/12/2021	16/12/2024	1,65%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. Viii	1.025.952	28/12/2021	28/12/2022	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21)	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21)	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Finance International N.V. Vi	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual		Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Debêntures

Em 27 de dezembro de 2021, com a disponibilidade de recursos para realização de operação entre partes relacionadas com a Enel Finance (empresa associada ao grupo), a Companhia realizou o pré-pagamento total da 10ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1.021.762 acrescido de prêmio no valor de R\$ 5.624, reconhecido em despesa financeira.

	31.12.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Total	Principal		Encargos	Total	Principal	
1ª série - 10ª emissão	-	-	-	-	5.987	5.987	1.000.000	1.005.987
(-) Custo de transação	-	-	-	-	-	-	(1.057)	(1.057)
Total de debêntures	-	-	-	-	5.987	5.987	998.943	1.004.930

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(E em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	615.915	998.618	1.614.533
Amortização	(600.000)	-	(600.000)
Encargos provisionados	48.073	-	48.073
Encargos pagos	(59.038)	-	(59.038)
Apropriação custo de transação	1.037	325	1.362
Em 31 de dezembro de 2020	5.987	998.943	1.004.930
Transferências	1.000.000	(1.000.000)	-
Amortização	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Encargos provisionados	46.174	-	46.174
Encargos pagos	(52.161)	-	(52.161)
Apropriação custo de transação	-	1.057	1.057
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

17. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão incluídos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 3,02% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 206 para cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 101.825 (R\$ 79.393 em 31 de dezembro de 2019) de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,55% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,67% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos.

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R\$ 103.318 (R\$ 78.298 em 31 de dezembro de 2020), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

(a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido (não circulante):

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	1.414.121	1.642.975
Valor justo dos ativos do plano	(1.090.644)	(1.052.729)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	25.105	-
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	348.582	590.246

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.642.975	1.566.191
Custo dos serviços correntes	991	2.704
Custos dos juros	112.268	108.541
Contribuição de participantes do plano	145	154
Benefícios pagos pelo plano	(135.522)	(118.737)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(206.736)	84.122
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.414.121	1.642.975

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.052.729	1.104.916
Retorno esperado dos ativos do plano	73.346	78.393
contribuições recebidas de participantes do plano	145	154
Contribuições recebidas do empregador	150.099	69.345
Benefícios pagos pelo plano	(135.522)	(118.737)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(50.153)	(81.342)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.090.644	1.052.729

(d) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	31.12.2021	31.12.2020
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	-	1.947
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	25.105	(1.947)
	25.105	-

(e) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222
Custo do serviço corrente	(7)	271	1.689	751	2.704
Custo dos juros líquidos	7.756	5.099	16.238	1.055	30.148
Contribuições reais do empregador	(43.305)	(8.937)	(16.782)	(321)	(69.345)
Ganho/Perda atuarial	90.310	32.951	37.355	2.901	163.517
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.272	101.595	282.654	21.725	590.246
Custo do serviço corrente	(26)	108	-	908	990
Custo dos juros líquidos	11.517	7.014	19.148	1.243	38.922
Contribuições reais do empregador	(111.884)	(11.375)	(24.897)	(1.943)	(150.099)
Ganho/Perda atuarial	(37.665)	(4.246)	(84.028)	(5.539)	(131.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.214	93.096	192.877	16.394	348.581

(f) Despesas reconhecidas nos exercícios:

	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente bruto	991	2.704
Custos do serviço passado	-	-
Custo do serviço líquido	991	2.704
Juros sobre a obrigação atuarial ativos no ano	112.268	108.541
Juros líquidos sobre o passivo	(73.346)	(78.393)
	38.922	30.148
Total reconhecido na DRE	39.913	32.852

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

(g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	31.12.2021	31.12.2020
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	229.557	(16.080)
Perda atuarial gerada pela premissa demográfica		(3.144)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(22.821)	(64.898)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos	(50.153)	(81.342)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(25.105)	1.947
Montante reconhecido no período em ORA	131.478	(163.517)

(h) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Renda fixa	730.409	66,97%	720.104	68,40%
Renda variável	158.721	14,55%	223.057	21,19%
Investimentos imobiliários	106.180	9,74%	100.158	9,51%
Outros	95.334	8,74%	9.410	0,89%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.090.644	100,00%	1.052.729	100,00%

(i) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,41%	9,46%	9,46%	9,41%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,41%	9,46%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49

(j) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,12%	7,28%	7,07%	6,81%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12%	7,28%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49

(k) Estimativa da despesa para o exercício de 2022:

	2022
Custo do serviços correntes	2.432
Custos dos juros líquidos	25.046
Total da despesa projetada para o exercício 2022	27.478

(l) Análise de sensibilidade das premissas atuariais:

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	PCA		PACV		Plano Médico		Plano FGTS	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2021	903.732		301.116		192.880		16.393	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(33.046)	35.449	(12.447)	13.463	(1.040)	(47)	-519.212	555.763
Total da obrigação do benefício definido	870.686	939.181	288.669	314.579	191.840	192.833	(502.819)	572.156

18. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CONTA COVID (a)	25.969	-
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	57.004	47.574
Pesquisa e desenvolvimento- ("P&D")	42.101	42.112
Outros	918	855
Total	125.992	90.541
Circulante	82.687	39.887
Não Circulante	43.305	50.654

- (a) Por meio da Despacho nº 939 de abril de 2021, a Aneel homologou nesse primeiro ciclo tarifário, os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE CONTA COVID, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2021			31.12.2020			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.12.2021	2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETRO	Até o final da concessão			332.187	-	-	568.521	(38.300)	(31.046)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	411	-	-	48	-	-	447	594
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	7.331	-	-	3.614	-	(6.138)	(6.296)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	37.339	-	-	24.334	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	-	2.229	-	3.851	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil		-	-	-	627	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		-	63.553	-	-	55.110	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	656	-	-	629	-	(7.553)	(7.512)
	ENEL Green Power Paranapanema		-	85	-	-	80	-	(956)	(910)
	ENEL Green Power Mourão		-	24	-	-	23	-	(276)	(261)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	136	-	-	102	-	(932)	(894)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	102	-	-	79	-	(624)	(598)
	ENEL Green Power Salto do Apicás S.A.		-	225	-	-	168	-	(1.537)	(1.475)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	275	-	-	98	-	(1.228)	(1.159)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	-	344	-	-	-	113	-	(1.140)	(1.076)	
Suprimento de energia - MVE	Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	-	408	-	-	-	-	(9.179)	-
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	162	-	-	162	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	432	-	-	418	-	(5.025)	(4.706)
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	57.880	-	-	57.878	-	-	-
Mútuo	ENEL Brasil S.A.	Vide nota 18	26.531	1.285.466	-	24.937	-	1.316.368	(70.245)	(51.550)
	Enel Finance International N.V.		-	1.033.604	2.540.045	-	754	750.000	(126.863)	(754)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	738	140.724	-	-	-	(738)	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	07/02/2022	-	952	-	-	2.193	-	(5.032)	(6.757)
	ENEL SPA		298	1.728	-	298	390	-	(1.338)	(349)
Reembolso expatriados	Enel Romania SA	Até o final da concessão	444	-	-	-	-	-	142	-
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		-	-	-	302	-	-	-	302
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK		-	915	-	-	129	-	(965)	(740)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM.	ENEL Ibérica SLR	Até o final da concessão	-	1.387	-	-	1.387	-	-	-
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		2.636	232	-	2.636	232	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		781	-	-	781	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	377	-	28	377	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N. 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*)	ENEL Distribuição Goiás - CELGD	Fevereiro de 2024	5.188	251	-	5.304	251	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		1.067	1.265	-	540	1.158	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	13	183	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		4.989	2.061	-	-	1.925	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		79	-	-	79	-	-	-	-
			42.437	1.588.138	4.024.764	39.444	151.787	2.634.889	(277.480)	(115.187)
		(-) Benefícios pós-emprego	-	-	332.187	-	-	568.521	(38.300)	(31.046)
	TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		42.437	1.588.138	3.692.577	39.444	151.787	2.066.368	(239.180)	(84.141)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem

Mútuos

As operações foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia possui quatro operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil, sete operações com a Enel *Finance International* N.V (controle comum) e uma operação com a CDSA (subsidiária do mesmo grupo) conforme detalhados a seguir:

Enel Brasil

Mútuo 52: Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 1.054. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 212.704 (R\$ 202.598 em 31 de dezembro de 2020).

Mútuo 54: Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020. Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia pagou parcialmente o montante de R\$ 11.721. O saldo desse mútuo em 30 de dezembro de 2021 era de R\$ 93.960 (R\$ 102.303 em 31 de dezembro

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2020).

Mútuo 55: Em 07 de julho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 750.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,27% a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 817.131.

Mútuo 56: Em 30 de setembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a sua controladora Enel Brasil para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R\$ 100.466. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 100.934.

Mútuo 57: Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a sua controladora Enel Brasil para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R\$ 60.412.

Enel Finance International

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 21 de dezembro de 2020 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$750.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2024 a uma taxa de CDI + 1,41 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 752.791 (R\$ 750.754 em 31 de dezembro de 2020).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) II: Em 15 de abril de 2021, a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$230.000 com vencimento em 17 de abril de 2023 a uma taxa de CDI + 1,06 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 242.046.

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) III: Em 28 de junho de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 294.500. O mútuo possui taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,53% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas.

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) IV: Em 05 de julho de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 299.800. O mútuo possui taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 10 julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,665% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas.

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) V: Em 26 de agosto de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 306.765. O mútuo possui taxa fixa de 1,5294% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 setembro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,79% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VI: Em 13 de outubro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 40.000 cada, correspondente a R\$ 257.600. O mútuo possui taxa fixa de 1,5882% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 10 de outubro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,77% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VII: Em 14 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 55.000 cada, correspondente a R\$ 347.881. O mútuo possui taxa fixa de 1,6471% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 16 de dezembro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,78% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VIII: Em 28 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 160.000 cada, correspondente a R\$ 1.025.952. O mútuo possui taxa fixa de 1,0588% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 28 de dezembro de 2022. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,23% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas

CDSA

Mútuo CDSA: Em 12 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a companhia CDSA para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R\$ 140.724 com vencimento em fevereiro de 2022.

Com o pré-pagamento da 10ª emissão de debênture (vide nota 19), deixou de existir a relação de subordinação dos mútuos, atrelada à esta operação. Deste modo, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui mútuos subordinados.

	31.12.2021				31.12.2020		
	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante	
	Encargo	Principal	Encargo	Principal	Encargo	Encargo	Principal
Empréstimos com partes relacionadas							
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	-	-	-	-	202.598
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	73.426	1.211.861	-	-	-	17.853	1.095.917
Enel Finance International N.V. I e II	14.837	-	-	980.000	754	-	750.000
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	6.958	1.011.809	-	1.560.045	-	-	-
CDSA	738	140.724	-	-	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	95.959	2.364.394	-	2.540.045	754	17.853	2.048.515

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Enel Brasil	Enel Finance	CDSA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	989.956	-	-	989.956
Captação	1.600.000	-	-	1.600.000
Amortização	(545.776)	-	-	(545.776)
Encargos provisionados	52.304	-	-	52.304
Encargos pagos	(29.362)	-	-	(29.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.067.122	-	-	2.067.122
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.067.122	-	-	2.067.122
Captação	160.878	2.762.499	140.724	3.064.101
Amortização	(257.638)	-	-	(257.638)
Encargos provisionados	70.245	68.653	738	139.636
Encargos pagos	(4.567)	(47.645)	-	(52.212)
Variação monetária e cambial	-	39.389	-	39.389
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.036.040	2.822.896	141.462	5.000.398

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	2.526	5.060
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	104	619
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	722	-
Total	3.352	5.679

20. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2020	Adições	Reversões	Reclassificação	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	294.155	30.619	(28.744)	-	47.096	(11.936)	331.190
Cíveis (b)	285.913	162.544	(74.291)	-	39.618	(115.939)	297.845
Fiscais (c)	203.779	197	(76)	(172.127)	(5.493)	(1.803)	24.477
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	249	-	1.693
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	785.291	193.360	(103.111)	(172.127)	81.470	(129.678)	655.205
Outras provisões (e)	-	13.614	-	-	-	(6.435)	7.179
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	785.291	206.974	(103.111)	(172.127)	81.470	(136.113)	662.384
Total do passivo circulante	179.662						486
Total do passivo não circulante	605.629						661.898

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2020
Trabalhistas (a)	285.477	31.013	(36.467)	27.834	(13.702)	294.155
Cíveis (b)	315.607	156.804	(129.250)	64.762	(122.010)	285.913
Fiscais (c)	23.864	27.160	-	152.773	(18)	203.779
Regulatório (d)	1.444	17.011	(17.011)	-	-	1.444
Total	626.392	231.988	(182.728)	245.369	(135.730)	785.291
Total do passivo circulante	-			Total do passivo circulante		179.662
Total do passivo não circulante	626.392			Total do passivo não circulante		605.629

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

- c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 14.492 (R\$14.301 em 31 de dezembro de 2020).
- c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 6.388, valor total do auto de R\$ 15.970, (R\$ 6.313 e R\$ 15.783 em 31 de dezembro de 2020) e de R\$ 561, valor total do auto R\$ 2.806 (R\$554 e R\$2.768 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).
- c.3) Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da Companhia e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A Companhia apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa e obteve decisão reduzindo a multa para 1%, gerando uma reversão de R\$ 6.862 no resultado financeiro. O processo transitou em julgado em junho de 2021 e a Companhia irá efetuar o pagamento do débito. Dessa forma, a Companhia efetuiu a reclassificação de provisão para contas a pagar, na rubrica “Outras obrigações fiscais – COFINS” e este

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

processo deixará de ser informado nas contingências possíveis a partir de março/2022. A COFINS total a pagar atualizada deste caso, incluindo a multa aplicada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 174.971.

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

e) Outras Provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	269.139	276.500
Cíveis (a)	1.478.886	1.275.523
Fiscais (b)	1.778.241	1.738.469
Juizados especiais	191.914	122.284
Regulatório	17.887	17.011
Total	3.736.067	3.429.787

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa 17.1.b.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Fiscais

b.1) Temas federais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.332.501 (R\$ 1.314.371 em 31 de dezembro 2020).

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 337.860 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 329.502 em 31 de dezembro de 2020), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 23.918 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 23.213 em 31 de dezembro de 2020). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.494 e R\$ 2.394 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.494 e R\$ 2.349 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 43.010 (R\$ 41.936 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2021 de R\$ 36.303 (R\$ 22.460 em 31 de dezembro de 2020).

20.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	183.339	178.766
Cíveis	77.459	78.008
Fiscais	1.025	699
Total	261.823	257.473



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço		(225.152)	(561.749)	(786.901)
Participação da União, Estados e Municípios		5.013	(5.693)	(680)
Participação Financeira do Consumidor		(492.573)	(101.088)	(593.661)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		14.525	(59.851)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento		(13.888)	(5.102)	(18.990)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		106.676	(106.676)	-
Outros		155.095	(283.339)	(128.244)
Ultrapassagem de Demanda		24.931	(24.931)	-
Excedente de Reativos		445	(445)	-
Outros		129.719	(257.963)	(128.244)
(-) Amortização Acumulada - AIS		181.436	202.362	383.798
Participação da União, Estados e Municípios	3,84%	4.968	2.672	7.640
Participação Financeira do Consumidor	3,84%	105.064	716	105.780
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,84%	(53.037)	74.818	21.781
Pesquisa e Desenvolvimento	3,84%	4.381	2.395	6.776
Outros	3,84%	120.060	121.761	241.821
Excedente de reativos	3,84%	(2.387)	11.913	9.526
Outros	3,84%	122.447	109.848	232.295
Total		(43.716)	(359.387)	(403.103)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A) =	Amortizaç ão Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	(766.575)	-	(20.326)	(786.901)	-	383.798	(403.103)	(349.813)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	(680)	-	7.640	6.960	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(429.077)	-	(164.584)	(593.661)	-	105.781	(487.880)	(429.076)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	-	(45.326)	-	21.781	(23.545)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.990)	-	-	(18.990)	-	6.776	(12.214)	(18.989)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	272.501
Outros	(272.502)	-	144.258	(128.244)	-	241.820	113.576	(128.243)
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	9.526	9.526	-
Outros	(272.502)	-	144.258	(128.244)	-	232.294	104.050	(128.243)
(-) Amortização acumulada - AIS	317.195	61.957	4.646	383.798	61.957	-	383.798	26.441
Participação da União, Estados e Municípios	331	9.746	(2.437)	7.640	9.746	-	7.640	331
Participação Financeira do Consumidor	-	46.952	58.827	105.779	46.952	-	105.779	-
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	19.916	-	1.865	21.781	-	-	21.781	19.916
Pesquisa e Desenvolvimento	6.196	633	(52)	6.777	633	-	6.777	6.194
Outros	290.752	4.626	(53.557)	241.821	4.626	-	241.821	-
Excedente de Reativos	2.071	-	7.455	9.526	-	-	9.526	-
Outros	288.681	4.626	(61.012)	232.295	4.626	-	232.295	-
Em curso	(101.993)	-	-	(101.993)	-	-	(101.993)	(101.992)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	-	(6.701)	-	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	(2.043)	-	-	(2.043)	-	-	(2.043)	(14.632)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.186)	-	-	(2.186)	-	-	(2.186)	(2.187)
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	(74.212)
Outros	(91.063)	-	-	(91.063)	-	-	(91.063)	(4.260)
Total	(551.373)	61.957	(15.680)	(505.096)	61.957	383.798	(121.298)	(425.364)



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A) =	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em serviço	(766.572)	-	(766.572)	-	(766.572)	(766.572)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	(680)	-	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(429.076)	-	(429.076)	-	(429.076)	(429.076)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	(45.326)	-	(45.326)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.989)	-	(18.989)	-	(18.989)	(18.989)
Outros	(272.501)	-	(272.501)	-	(272.501)	(272.501)
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-
Outros	335.818	-	335.818	-	335.818	335.818
(-) Amortização acumulada - AIS	293.410	23.784	317.194	23.784	317.194	293.410
Participação da União, Estados e Municípios	305	26	331	26	331	305
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	18.156	1.760	19.916	1.760	19.916	18.156
Pesquisa e Desenvolvimento	5.424	770	6.194	770	6.194	5.424
Outros	269.525	21.228	290.753	21.228	290.753	269.525
Em curso	(100.840)	(1.152)	(101.992)	(1.152)	(101.992)	(100.840)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	(6.701)	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	(14.632)	-	(14.632)	-	(14.632)	(14.632)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.187)	-	(2.187)	-	(2.187)	(2.187)
Valores Pendentes de Recebimento	(74.212)	-	(74.212)	-	(74.212)	(74.212)
Outros	(3.108)	(1.152)	(4.260)	(1.152)	(4.260)	(3.108)
Total	(574.002)	22.632	(551.370)	22.632	(551.370)	(574.002)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	166.634.326	100,00%	166.634.326	100,00%

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até R\$ 1.000.000 até o limite de R\$ 2.498.230, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Destinação dos resultados

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro do exercício	83.402	48.924
(-) Reserva legal	(4.170)	(2.446)
(+) Reversão de dividendos prescritos	-	216
Lucro ajustado	79.232	46.694
Dividendo mínimo obrigatório	(19.808)	(11.674)
	59.424	35.020
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	86.775	(107.921)
Valor transferidos ou (absorvidos) para a reserva de reforço de capital de giro	146.199	(72.901)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 20 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

qual segue: (i) reversão de dividendos prescritos no valor de R\$ 216; (ii) recomposição da Reserva Legal da Companhia no montante de R\$ 2.446; (iii) dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$11.674; (iv) Do saldo de R\$35.020, remanescente após o pagamento de dividendos, será deduzido o valor de R\$107.921, correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), cuja diferença negativa, no valor de R\$72.901, será absorvida pelo saldo da reserva de reforço de capital de giro, que passará do valor atual de R\$1.002.891. para o valor de R\$929.990 após a absorção.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021: A proposta de reserva de reforço de capital de giro de R\$ 146.199 será submetida a deliberação em AGO.

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2021	31.12.2020
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	43.396	2.138
Tributos diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	(14.755)	(727)
	28.641	1.411

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita Líquida

	31/12/2021			31/12/2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.527.346	3.882.306	4.915.205	2.527.633	4.929.191	4.248.275
Industrial	3.403	112.321	291.767	3.284	179.005	199.429
Comercial	123.756	1.117.020	1.707.516	132.492	1.565.233	1.596.844
Rural	62.587	126.853	182.631	63.642	173.372	141.615
Poder público	13.004	265.635	404.610	12.999	382.919	383.349
Iluminação pública	1.878	422.085	421.415	1.810	562.415	344.638
Serviço público	2.925	224.276	284.626	2.823	302.425	237.577
Suprimento e revenda	24	343.318	114.409	24	493.584	102.541
Fornecimento faturado	2.734.923	6.493.814	8.322.179	2.744.707	8.588.144	7.254.268
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	465.962	-	-	304.475
Consumidores livres	-	-	861.196	-	-	-
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	-	-	-	(29.454)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	2.734.923	6.493.814	9.649.337	2.744.707	8.588.144	7.529.289
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	684.139	-	-	333.575
Subvenção baixa renda	-	-	4.992	-	-	58.356
Subvenção de recursos da CDE	-	-	19.558	-	-	221.896
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	739	1.882.973	406.460	674	2.643.188	803.436
Receita de construção	-	-	130.067	-	-	831.999
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	30.521	-	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	48.902	-	-	167.423
Outras receitas	-	-	234.905	-	-	100.405
Total outras receitas	739	1.882.973	1.559.544	674	2.643.188	2.517.090
Receita operacional bruta	2.735.662	8.376.787	11.208.881	2.745.381	11.231.332	10.046.379
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(2.538.728)	-	-	(2.136.922)
COFINS - corrente	-	-	(763.850)	-	-	(720.108)
PIS - corrente	-	-	(165.836)	-	-	(150.447)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(68.461)	-	-	(53.277)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(804.888)	-	-	(581.219)
Encargos do consumidor - CCRBT (b)	-	-	87.563	-	-	(58.240)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(8.855)	-	-	(8.473)
ISS	-	-	(4.879)	-	-	(4.194)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(4.267.934)	-	-	(3.712.880)
Receita operacional líquida	2.735.662	8.376.787	6.940.947	2.745.381	11.231.332	6.333.499

24. Pessoal e Administradores

Despesa de pessoal	2021	2020
Remuneração	(101.099)	(130.585)
Encargos sociais	(40.261)	(45.630)
Provisão de férias e 13º salário	(16.682)	(15.356)
Plano de saúde	(6.382)	(5.908)
Previdência privada	(8.117)	(16.176)
Participação nos resultados	(30.913)	(18.597)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(14.294)	(24.514)
Outros	(19.244)	48.994
(-) Transferências para intangível em curso	74.720	66.491
Total	(162.272)	(141.281)

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	358	129	-	-
Diferidos	162.522	58.499	90.045	32.372
Total	162.880	58.628	90.045	32.372
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(589.894)	(589.894)	(372.113)	(372.113)
Adições:				
Gratificação a administradores	25.703	25.703	2.249	2.249
Perdão de dívida	3.064	3.064	684	594
Diferença de ajustes - societário vs regulatório	(6.163)	(6.163)	8.777	8.777
Outras despesas indedutíveis	16.237	16.237	320	806
Total das adições	38.841	38.841	12.030	12.426
Base de cálculo	(551.053)	(551.053)	(360.083)	(359.687)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	137.787	49.595	90.045	32.372
Complemento de variação cambial não realizada	25.093	9.033	-	-
Total da despesa com tributos	162.880	58.628	90.045	32.372
Alíquota efetiva	27,61%	9,94%	24,20%	8,70%

A seguir a composição dos tributos diferidos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2021	31/12/2020
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	218.383	160.394
Provisão para déficit previdenciário	220.989	257.820
Provisão para ações judiciais e regulatórias	222.770	266.999
SWAP - debêntures	14.028	-
Provisão para desativação	3.371	13.770
Outras provisões	246.147	168.586
	925.688	867.569
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	271.485	321.751
SWAP - debêntures	8.905	91.188
Diferido perdas de bens	3.048	11.325
	283.438	424.264
Total	642.250	443.305

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26. Custos/despesas operacionais

	31/12/2021			31/12/2020				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(118.179)	-	(44.093)	(162.272)	(87.091)	-	(54.190)	(141.281)
Material	(18.307)	-	(4.541)	(22.848)	(15.772)	-	(2.966)	(18.738)
Serviços de terceiros	(515.762)	(17.807)	(39.325)	(572.894)	(426.956)	(15.941)	(68.859)	(511.756)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.664.274)	-	-	(3.664.274)	(2.884.139)	-	-	(2.884.139)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.283.106)	-	-	(1.283.106)	(706.675)	-	-	(706.675)
Depreciação e amortização	(507.378)	-	(16.558)	(523.936)	(402.427)	-	(25.957)	(428.384)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(576.370)	-	(576.370)	-	(503.625)	-	(503.625)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(90.249)	(90.249)	-	-	(23.262)	(23.262)
Outras despesas operacionais	(180.358)	-	(79.815)	(260.173)	(153.421)	-	(62.206)	(215.627)
Subtotal	(6.287.364)	(594.177)	(274.581)	(7.156.122)	(4.676.481)	(519.566)	(237.440)	(5.433.487)

27. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	12.730	8.390
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	45.082	37.732
Multa por impontualidade de clientes	56.261	48.852
Variação monetária	1.218	19.096
Variação cambial de dívida	375.245	183
Dívida - Marcação a mercado	-	2.213
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	464.208	300.058
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	4.212	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	4.987	8.959
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	31.883	7.416
Outras receitas financeiras	20.360	24.511
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(5.053)	(4.316)
Subtotal	1.011.133	453.094
Despesas financeiras		
Variação cambial	(6.366)	-
Variação cambial de dívidas	(490.705)	(300.121)
Dívida - Marcação a mercado	(2.158)	-
Encargos de dívidas	(54.665)	(65.526)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(46.201)	-
Juros debêntures	(46.174)	(48.073)
Atualização de Provisão para processos judiciais e outros (a)	(81.470)	(245.369)
Encargos fundo de pensão	(38.922)	(30.148)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(352.279)	(4.606)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	(41)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(66.505)	(3.330)
Encargos de mútuos	(139.636)	(52.304)
IOF/IOC	(2.455)	(307)
Encargos com venda de recebíveis	-	(167)
Outras despesas financeiras	(58.316)	(66.746)
Subtotal	(1.385.852)	(816.738)
Total do resultado financeiro	(374.719)	(363.644)

28. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

28.1 Instrumentos financeiros

29.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa					
Valores mobiliários					
Consumidores					
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional					
Ativos financeiros setoriais					
Total do Ativo		3.023.707	3.023.707	2.964.301	2.961.070
Passivo					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional					
Debêntures em moeda nacional					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Instrumentos financeiros derivativos - Swap					
Instrumentos financeiros derivativos - Swap					
Passivos financeiros setoriais					
Fornecedores					
Total do Passivo		7.862.603	7.424.271	6.412.539	6.343.657

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos. A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Contrato de swap	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
					2021	2020
ITAÚ S.A.		05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	-	151.097
CITIBANK S.A		28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	-	179.120
BNP PARIBAS S.A II		23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	17.764	3.199
SCOTIABANK S.A III		01/02/2021	03/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(8.711)	-
SCOTIABANK S.A IV		26/02/2021	26/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(5.049)	-
SCOTIABANK S.A V		25/03/2021	15/12/2021	USD + 1,0350%aa CDI + 0,85% aa	-	-
CREDIT AGRICOLE		28/06/2021	03/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,53% aa	10.926	-
HSBC BANK		08/07/2021	10/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,66% aa	3.854	-
ITAÚ S.A.		03/09/2021	03/09/2024	EUR + 1,53%aa CDI + 1,79% aa	(394)	-
HSBC BANK II		13/10/2021	14/10/2024	EUR + 1,59%aa CDI + 1,77% aa	(9.432)	-
Bradesco		14/12/2021	16/12/2024	EUR + 1,65%aa CDI + 1,78% aa	(5.038)	-
BNP PARIBAS S.A III		28/12/2021	31/12/2021	EUR + 1,06%aa CDI + 1,23% aa	(18.986)	-

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.540
Juros SWAP	5.629
Variação cambial SWAP	295.452
Marcação a mercado no resultado	(41)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	1.082
Pagamentos de juros	7.991
Recebimentos Principal	(109.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	333.416
Juros SWAP	(61.519)
Variação cambial SWAP	111.929
Marcação a mercado no resultado	4.212
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(43.396)
Recebimentos de juros	15.103
Recebimentos principal	(374.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(15.066)
Total Ativo	58.250
Total Passivo	73.316
Saldo Líquido	(15.066)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2021 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú BBA International PLC	-	-	-	-	199.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 23.12.20 BNP PARIBAS 4131 II	17.764	18.468	(704)	-	200.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 01.02.21 Scotiabank 4131 III	(8.711)	491	(9.202)	-	120.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 26.02.21 Scotiabank 4131 IV	(5.049)	717	(5.766)	-	360.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 25.03.21 Scotiabank 4131 V	-	-	-	-	294.500	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 28.06.21 EFI - Credit Agreement III 50MEUR	10.926	17.554	(6.628)	-	299.800	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 08.07.21 EFI - Credit Agreement IV 50MEUR	3.854	6.929	(3.075)	-	306.765	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 03.09.21 EFI - Credit Agreement V 50MEUR	(394)	2.399	(2.793)	-	257.600	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 12.10.21 EFI - Credit Agreement VI 40MEUR	(9.432)	(9.040)	(392)	-	347.881	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 14.12.21 EFI - Credit Agreement VII 55MEUR	(5.038)	3.948	(8.986)	-	1.025.952	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (EUR) x DI 28.12.21 EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR	(18.986)	(15.274)	(3.712)	-	-	Valor justo por meio do Resultado
Total	(15.066)	26.192	(41.258)	-	3.412.497	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2021.

28.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

28.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmativos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios da Companhia, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686
Títulos e valores mobiliários	116.718	129.555
Instrumentos financeiros derivativos	(15.066)	333.416
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	2.096.634	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	406.861	-
Ativo indenizável (concessão)	5.287.315	4.321.429
	8.133.433	7.239.482

Em 31 de dezembro de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	2021	2020
AAA	346.311	601.441
AA+	4.855	4.704
AA	812	31.105
Total geral	351.978	637.250

Instrumentos Financeiros Derivativos	2021	2020
AA-	(15.066)	333.416
Total geral	(15.066)	333.416

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

(b.2) Gerenciamento de Capital

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	5.976.031	3.607.125
Debentures (Nota 18)	-	1.004.930
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 31)	15.066	(333.416)
Dívida	5.991.097	4.278.639
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(240.971)	(566.686)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(116.718)	(129.555)
Dívida líquida (a)	5.633.408	3.582.398
Patrimônio líquido (b)	3.712.964	3.591.235
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	60%	50%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2021 é de 60% (50% em 31 de dezembro de 2020), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho N° 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.300.000. Recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 2.500.000, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800.000. dos quais em 31 de dezembro de 2021, estavam disponíveis R\$ 1.096.806.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA, Enel CIEN e CGTF. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.285.287, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	720	421.063	231.525	347.036	1.000.344
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	141.747	163.534	2.413.221	2.741.621	5.460.123
Total	142.467	584.597	2.644.746	3.088.657	6.460.467

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2021					
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	-	11.643	287.293	294.793	593.729
Total	-	11.643	287.293	294.793	593.729

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 90% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e Libor).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	2021	%	2020	%
Selic	20.167	5,73%	36.909	5,79%
CDI	331.811	94,27%	600.337	94,21%
Pré-Fixado	-	0,00%	4	0,00%
Total	351.978	100,00%	637.250	100,00%

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Ativo Financeiro Indenizável	2021	%	2020	%
IPCA	5.287.315	100%	4.321.429	100%
Total	5.287.315	100%	4.321.429	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	2021	%	2020	%
Taxa fixa	619.722	10,60%	430.510	10,06%
CDI	5.371.375	89,40%	3.844.355	89,85%
Libor	-	0,00%	3.774	0,09%
Total	5.991.097	100,00%	4.278.639	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

a) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Dez.2022			
		2021	Provável	Adverso	Remoto	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	20.167	2.378	1.784	1.189	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	331.811	39.125	29.344	19.563	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	-	-	-	-	
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.969.850	165.816	124.362	82.908	
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do CDI	(2.949.790)	(351.775)	(194.691)	(227.301)	
Instrumentos financeiros derivativos	Alta da Libor	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Dólar	533.301	53.684	174.808	275.458	
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Euro	2.401.422	148.309	691.968	1.143.736	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(425.433)	345.848	188.764	221.374	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(550.201)	(55.380)	(180.342)	(284.181)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Euro	(2.578.811)	(159.458)	(743.280)	(1.228.423)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(2.421.585)	(778.428)	(863.017)	(944.837)	
		<u>(1.669.269)</u>	<u>(589.881)</u>	<u>(770.300)</u>	<u>(940.514)</u>	
			Taxas utilizadas	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%
			CDI	11,79%	14,74%	17,69%
			IPCA	4,18%	5,22%	6,27%
			Libor	1,00%	1,25%	1,50%

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Indexador do contrato (empréstimos e financiamentos, debentures e derivativos)	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	(1.130.203)	(1.057.708)	72.495	(1.172.138)	(41.935)
FIXO	333.003	131.918	(201.085)	127.964	(205.039)
Total	(797.200)	(925.790)	(128.590)	(1.044.174)	(246.974)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP PARIBAS 4131 II	22.348	72.076	49.728	113.398	91.050
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	(21.896)	(70.618)	(48.722)	(111.105)	(89.209)
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PP	22.155	27.012	4.857	31.763	9.608
SCOTIABANK 4131 III	20.652	67.689	47.037	106.775	86.123
SCOTIABANK 4131 III - SWAP	(19.883)	(65.169)	(45.286)	(102.801)	(82.918)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	24.872	30.013	5.141	35.041	10.169
SCOTIABANK 4131 IV	12.380	40.577	28.197	64.008	51.628
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP	(11.905)	(39.020)	(27.115)	(61.552)	(49.647)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	14.872	17.946	3.074	20.953	6.081
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	19.955	93.175	73.220	154.020	134.065
PA	(19.810)	(92.502)	(72.692)	(152.907)	(133.097)
PP	37.220	44.883	7.663	52.377	15.157
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	19.630	91.659	72.029	151.513	131.883
PA	(16.069)	(75.033)	(58.964)	(124.031)	(107.962)
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PP	31.137	37.477	6.340	43.678	12.541
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	20.348	92.306	71.958	152.101	131.753
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PA	(16.215)	(73.558)	(57.343)	(121.208)	(104.993)
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PP	31.092	37.360	6.268	43.490	12.398
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	16.399	73.873	57.474	121.633	105.234
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP	(13.671)	(61.584)	(47.913)	(101.398)	(87.727)
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP	27.050	32.511	5.461	37.853	10.803
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	23.061	103.163	80.102	169.725	146.664
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP	(23.554)	(105.367)	(81.813)	(173.353)	(149.799)
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP	44.869	53.920	9.051	62.774	17.905
EFI - Credit Agreement VIII 160 MEUR	60.066	289.104	229.038	479.430	419.364
EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR - SWAP	(58.990)	(283.924)	(224.934)	(470.839)	(411.849)
EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR - SWAP	118.506	143.520	25.014	167.984	49.478
Total Despesa	364.619	481.489	116.870	589.322	224.703

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (em reais).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivos em Moeda Estrangeira

Empréstimos e Financiamento

Exposição Patrimonial

Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros

Exposição Cambial Total

2021
3.129.013
3.129.013
(2.934.723)
194.290

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

29. Compromissos

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.975.835 em 2022, R\$ 2.985.402 em 2023, R\$ 3.029.039 em 2024, R\$ 3.146.275 em 2025 e R\$ 54.575.362 após 2025.

Esses contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

30. Participação nos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 24.387 e R\$ 18.597, respectivamente.

31. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Bens segurados	Riscos cobertos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 1.700.580	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	-	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	-	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	-	R\$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	-	R\$ 1.000

32. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Compensação CDE (notas 8 e 21)	25.969	(295.284)
Remensuração de ativos (CPC 06 R2) (nota 20)	-	461

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2021	2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(164.623)	(153.947)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(496)	(1.426)
	(165.119)	(155.373)

Conciliação das atividades de financiamento:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	2021	2020	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	3.744.100	2.000.951	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de debêntures (principal)	(1.000.000)	(600.000)	18	Debêntures
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.574.154)	(1.089.113)	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.513)	(5.142)	20	Obrigações por arrendamentos
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	374.811	109.237	31	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Pagamento de dividendos	(24)	(66.295)	31	Conforme demonstrado no quadro a seguir
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.530.220	349.638		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

Efeito não caixa			Efeito caixa	
31.12.2020	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2021
57.987	-	19.808	(24)	77.771

De forma a preservar a liquidez de caixa da Companhia em virtude da conjuntura econômica atual, a controladora Enel Brasil concordou em postergar para até 31 de dezembro de 2021, o recebimento de parte dos dividendos deliberados na AGO realizada em 27 de abril de 2020 no montante de R\$ 46.237. Esses dividendos já se encontravam no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 visto que representavam uma obrigação legal (parte dos dividendos mínimos do referido exercício).

Efeito não caixa			Efeito caixa	
31.12.2019	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2020
112.824	(216)	11.674	(66.295)	57.987

33. Reajuste tarifário

Reajuste tarifário anual de 2021

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reajuste de +12,57% composto por (i) reajuste econômico de +16,86%, sendo +15,15% de Parcela A, +1,71% de Parcela B, receitas irrecuperáveis de +0,10% e (ii) componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Receita Irrecuperável	0,10%
Parcela A	15,15%
Parcela B	1,71%
Reajuste Econômico	16,86%
CVA Total	8,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,58%
Reajuste Financeiro	-4,29%
Índice de Reajuste Total	12,57%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
Efeito Para o Consumidor	6,02%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) **Parcela A:** Reajustada em +22,9%, representando +15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de +34,4%, representando +4,93% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 (“CDE COVID”) e dos encargos com o PROINFA e TFSEE;
- Energia comprada - aumento de +10,9%, decorrente principalmente da elevação da variação do dólar relativo à Itaipu e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +4,47% no reajuste econômico;
- Encargos de transmissão - aumento de +57,1% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando +5,65% no reajuste econômico;
- Receitas Irrecuperáveis - aumento de +8,82% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,10% no reajuste econômico.

(ii) **Parcela B:** Reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de 4,98%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e
- Fator X de 0,09%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de -R\$ 242.123, dentre os quais destacam-se: R\$ 467.594 positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais positivo de R\$ 118.840, sobrecontratação positivo de R\$ 21.045, Reversão Efeito Conta-COVID negativo de -R\$ 806.237, Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 158.170.

O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +10,38% e +4,63% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Bandeira tarifária

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021. O segundo trimestre foi sentido de piora do cenário hidrológico, sendo em abril de 2021 a amarela, bandeira vermelha patamar 1 acionada em maio de 2021 e em junho de 2021 acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A bandeira escassez hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, pela qual a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

34. Eventos subsequentes

Mútuo

A Companhia contratou em 05 de janeiro de 2022 mútuo junto à sua controladora Enel Brasil de R\$ 180.000, conforme detalhes a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de Amortização	Pagamento de Juros	Finalidade	Garantias
Enel Brasil Mútuo 58	180.880	05/01/2022	31/01/2022	CDI + 1,40% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Em 31 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração, aprovou em caráter irrevogável e irretroatável, termos para adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$ 1.640.000; dos quais R\$ 1.010.000 foram creditados à Companhia nas datas abaixo:

Data do ingresso	Valor
19 de janeiro de 2022	R\$ 50.000
25 de janeiro de 2022	R\$ 50.000
31 de janeiro de 2022	R\$ 360.000
3 de fevereiro de 2022	R\$ 550.000
	R\$ 1.010.000

O valor remanescente de R\$ 630.000 será transferido nos meses subsequentes, via integralização de capital.

O montante adiantado à título de AFAC à Companhia não está sujeito a juros remuneratórios, correção monetária ou qualquer outro tipo de ajuste e correspondem a emissão de um total de 47.311.802 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 22,29 cada uma.

35. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

Notas	31/12/2021			31/12/2020			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
ATIVO							
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	240.971	-	240.971	566.686	-	566.686
Títulos e valores mobiliários	6	116.718	-	116.718	129.555	-	129.555
Consumidores e outras contas a receber	7	2.039.645	(350.484)	1.689.161	1.843.952	(310.467)	1.533.485
Ativo financeiro setorial	10	307.903	383.981	691.884	-	285.595	285.595
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	95.367	-	95.367	22.015	-	22.015
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	221.647	-	221.647	38.044	-	38.044
Outros tributos compensáveis	9	588.234	-	588.234	142.473	-	142.473
Serviço em Curso		47.816	-	47.816	41.256	-	41.256
Instrumentos financeiros derivativos - swap	27	18.141	-	18.141	330.288	-	330.288
Outros créditos		167.387	429	167.816	132.143	20.001	152.144
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.843.829	33.926	3.877.755	3.246.412	(4.871)	3.241.541
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Consumidores e outras contas a receber	7	56.989	-	56.989	44.444	-	44.444
Ativo financeiro setorial	10	98.958	70.776	169.734	-	39.950	39.950
Depósitos vinculados a litígios	19	261.823	-	261.823	257.473	-	257.473
Outros tributos compensáveis	9	2.881.905	-	2.881.905	106.522	-	106.522
Tributos diferidos	24	268.169	657.519	925.688	305.138	562.431	867.569
Instrumentos financeiros derivativos - swap	27	40.109	-	40.109	3.231	-	3.231
Ativo indenizável (concessão)		5.287.315	(5.287.315)	-	4.321.429	(4.321.429)	-
Imobilizado	11	106.659	7.932.449	8.039.108	101.701	7.578.235	7.679.936
Intangível	12	2.426.651	(1.980.280)	446.371	2.633.051	(2.255.855)	377.196
Ativos contratuais		956.056	(956.056)	-	619.469	(619.469)	-
Investimentos		-	1.141	1.141	-	2.624	2.624
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.384.634	438.234	12.822.868	8.392.458	986.487	9.378.945
TOTAL DO ATIVO		16.228.463	472.160	16.700.623	11.638.870	981.616	12.620.486

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Notas	31/12/2021			31/12/2020			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
PASSIVO							
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>							
Fornecedores	13	1.358.499	-	1.358.499	1.085.352	-	1.085.352
Empréstimos e financiamentos	15	3.103.069	-	3.103.069	931.255	-	931.255
Obrigações por arrendamentos		18.358	(18.358)	-	15.018	(15.018)	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		436.501	-	436.501	-	-	-
Salários, provisões e encargos sociais		65.536	-	65.536	76.609	-	76.609
Passivo financeiro setorial	10	-	383.981	383.981	301.498	285.595	587.093
Outras obrigações fiscais	14	191.988	-	191.988	200.161	-	200.161
Dividendos a pagar		77.771	-	77.771	57.987	-	57.987
Encargos setoriais	17	82.687	-	82.687	39.887	-	39.887
Instrumentos financeiros derivativos - swap	27	59.340	-	59.340	103	-	103
Provisão para processos judiciais e outros	19	486	-	486	179.662	-	179.662
Outras obrigações		197.542	-	197.542	108.903	-	108.903
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		5.591.777	365.623	5.957.400	2.996.435	270.577	3.267.012
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>							
Empréstimos e financiamentos	15	2.872.962	-	2.872.962	2.681.857	-	2.681.857
Debêntures	15	-	-	-	998.943	-	998.943
Obrigações por arrendamentos		23.161	(23.161)	-	26.721	(26.721)	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		2.814.422	-	2.814.422	-	-	-
Outras obrigações fiscais	14	140.571	-	140.571	-	-	-
Passivo financeiro setorial	10	-	70.776	70.776	87.986	39.950	127.936
Instrumentos financeiros derivativos - swap	27	13.976	-	13.976	-	-	-
Encargos setoriais	17	43.305	-	43.305	50.654	-	50.654
Benefícios pós-emprego	16	348.582	-	348.582	590.246	-	590.246
Provisão para processos judiciais e outros	19	661.898	-	661.898	605.629	-	605.629
Outras obrigações		4.846	-	4.846	9.164	-	9.164
Tributos diferidos	24	-	283.438	283.438	-	424.264	424.264
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de ener	20	-	505.100	505.100	-	551.374	551.374
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.923.723	836.153	7.759.876	5.051.200	988.867	6.040.067
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>							
Capital social	21	2.498.230	-	2.498.230	2.498.230	-	2.498.230
Reservas de capital		23.254	-	23.254	23.254	-	23.254
Reservas de lucros		1.218.709	(550.702)	668.007	1.068.340	(550.702)	517.638
Reservas de reavaliação regulatória		-	532.360	532.360	-	610.845	610.845
Outros resultados abrangentes		(27.230)	-	(27.230)	1.411	-	1.411
Prejuízos acumulados		-	(711.274)	(711.274)	-	(337.971)	(337.971)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.712.963	(729.616)	2.983.347	3.591.235	(277.828)	3.313.407
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.228.463	472.160	16.700.623	11.638.870	981.616	12.620.486

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2021			31/12/2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita / ingresso						
Fornecimento de energia elétrica	8.788.142	319.529	9.107.671	7.558.743	58.239	7.616.982
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(30.602)	30.602	-	(29.454)	29.454	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	861.196	-	861.196	803.436	-	803.436
Venda de Energia Excedente - MVE	406.460	(406.460)	-	-	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	459.053	(459.053)	-	167.423	(167.423)	-
Outras receitas	412.624	117.897	530.521	380.657	21.784	402.441
Receita de construção	1.104.418	(1.104.418)	-	831.999	(831.999)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.413.225	(616.168)	797.057	333.575	(67.075)	266.500
	13.414.516	(2.118.071)	11.296.445	10.046.379	(957.020)	9.089.359
Deduções da receita bruta						
ICMS	(2.538.728)	-	(2.538.728)	(2.136.922)	-	(2.136.922)
PIS-PASEP	(165.836)	-	(165.836)	(150.447)	-	(150.447)
Cofins	(763.850)	-	(763.850)	(720.108)	-	(720.108)
ISS	(4.879)	-	(4.879)	(4.194)	-	(4.194)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(34.231)	-	(34.231)	(26.638)	-	(26.638)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(804.888)	-	(804.888)	(581.219)	-	(581.219)
Programa de eficiência energética - PEE	(34.231)	-	(34.231)	(26.639)	-	(26.639)
Taxa de fiscalização	(8.855)	-	(8.855)	(8.473)	-	(8.473)
Outros encargos	(585.649)	585.649	-	-	(9.701)	(9.701)
	(4.941.147)	585.649	(4.355.498)	(3.654.640)	(9.701)	(3.664.341)
Receita líquida / ingresso líquido	8.473.369	(1.532.422)	6.940.947	6.391.739	(966.721)	5.425.018
Custos não gerenciáveis - parcela "A"						
Energia elétrica comprada para revenda	(3.664.274)	-	(3.664.274)	(2.884.139)	-	(2.884.139)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(1.283.106)	-	(1.283.106)	(706.675)	-	(706.675)
	(4.947.380)	-	(4.947.380)	(3.590.814)	-	(3.590.814)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.525.989	(1.532.422)	1.993.567	2.800.925	(966.721)	1.834.204

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2021			31/12/2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Custos gerenciáveis - parcela "B"						
Pessoal e administradores	(155.883)	(6.389)	(162.272)	(135.977)	(5.304)	(141.281)
Serviços de terceiros	(563.904)	(8.990)	(572.894)	(493.557)	(18.199)	(511.756)
Material	(19.592)	(3.256)	(22.848)	(18.738)	-	(18.738)
Arrendamentos e aluguéis	3.972	(17.185)	(13.213)	(2.947)	(8.301)	(11.248)
Seguros	(7.192)	-	(7.192)	(5.317)	-	(5.317)
Doações, contribuições e subvenções	(1.503)	-	(1.503)	(3.060)	-	(3.060)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(518.051)	(58.319)	(576.370)	(281.383)	(222.242)	(503.625)
Provisão para processos judiciais e outros	(90.249)	-	(90.249)	(23.262)	-	(23.262)
Tributos	(3.253)	-	(3.253)	(3.389)	-	(3.389)
Depreciação e amortização	(465.715)	(58.221)	(523.936)	(435.482)	7.098	(428.384)
Outros despesas operacionais	(133.170)	(101.842)	(235.012)	(136.778)	(55.835)	(192.613)
Receita de multa por impontualidade de clientes	56.261	(56.261)	-	48.852	(48.852)	-
Outras receitas operacionais	447	(447)	-	3.276	(3.276)	-
Custo de construção	(1.104.417)	1.104.417	-	(831.999)	831.999	-
	(3.002.249)	793.507	(2.208.742)	(2.319.761)	477.088	(1.842.673)
Resultado da atividade	523.740	(738.915)	(215.175)	481.164	(489.633)	(8.469)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	952.201	58.932	1.011.133	400.972	52.122	453.094
Despesas financeiras	(1.378.133)	(7.719)	(1.385.852)	(806.316)	(10.422)	(816.738)
	(425.932)	51.213	(374.719)	(405.344)	41.700	(363.644)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	97.808	(687.702)	(589.894)	75.820	(447.933)	(372.113)
Imposto de renda	(10.586)	114.318	103.732	(19.744)	109.789	90.045
Contribuição social	(3.820)	121.596	117.776	(7.152)	39.524	32.372
Lucro do exercício	83.402	(451.788)	(368.386)	48.924	(298.620)	(249.696)
Lucro por ação originado das operações	0,50051		(2,21074)	0,29360		(1,49847)
Básico - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	0,49918		(2,20487)	0,29282		(1,49448)
Detentores de ações ordinárias	0,00133		(0,00588)	0,00078		(0,00398)
Diluído - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	0,49918		(2,20487)	0,29282		(1,49448)
Detentores de ações ordinárias	0,00133		(0,00588)	0,00078		(0,00398)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados nos quadros dispostos acima:

35.1 Provisão estimada para créditos de liquidações duvidosas

A diferença de GAAP decorre de o fato do Regulador não ter acatado no balancete regulatório os impactos da implementação dos IFRSs vigentes a partir de 01.01.2018, ou seja, do IFRS 9, que resultou em mudanças nos critérios de mensuração da provisão para recuperação de ativos.

O cálculo da PECLD (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa) no balancete regulatório toma por base as regras constantes no MCSE, que determinam o reconhecimento da provisão para cada morosidade de classe de consumo - tomando por base dados históricos, enquanto que para fins do IFRS 9 a provisão considera dados históricos e expectativas futuras de perda, havendo uma análise individual ou coletiva para determinados perfis ou grupos de clientes.

35.2 Ativos e passivos regulatórios

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfra, Rede Básica, Transporte Itapu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Em decorrência da entrada em vigor do Despacho nº 4.356/17 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual redefiniu os registros contábeis aprovados inicialmente no Ofício Circular nº 185/2015, retificado pelo Despacho de Encerramento nº 245/2016 relativos aos repasses recebidos/devidos à CCRBT. Na situação em que haja um repasse à CCRBT pela distribuidora será registrado como encargo do consumidor; na situação em que haja um repasse da CCRBT à concessionária será registrado um direito a receber da CCRBT em Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. Vale ressaltar que apenas no societário, a Companhia reclassifica o efeito devedor ou credor da bandeira tarifária da CCRBT para a Parcela A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrava os efeitos da CCRBT da seguinte forma:

- No societário, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como fornecimento faturado.
- No regulatório, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como encargo ao consumidor.

35.3 Tributos diferidos

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

35.4 Ativos financeiros da concessão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados a concessão acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão (“ICPC 01”), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão, diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

35.5 Imobilizado

35.5.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

35.5.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

35.6 Intangível

35.6.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

35.6.2 Amortização

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

35.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

35.8 Receita Operacional

35.8.1. Efeito CPC 47 (IFRS/15)

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzindo a receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

35.9 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

35.9.1 Ativo financeiro

Conforme comentado na Nota 32.4, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, enquanto que para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

35.9.2 Ativo intangível

Conforme comentado na Nota 32.5, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, os valores vinculados a concessão passam a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos.

35.9.3 Receita e custo de construção (resultado)

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

35.9.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pelo pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

A contabilidade regulatória não recepcionou a nova classificação dos bens vinculados à concessão para o ativo pelo ICPC-01, e desta forma a remuneração deste ativo financeiro também não deve ser informação considerada no Regulatório.

35.10 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Conforme comentado na Nota 32.3 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do período, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

35.11 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2021 e 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido societário	3.712.963	3.591.235
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	(330.163)	(290.465)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	112.252	98.761
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(1.575.486)	(1.112.976)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	534.490	375.137
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(9.914)	33.306
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	3.371	(11.324)
Reavaliação regulatória compulsória	806.605	945.482
Tributo sobre reavaliação regulatória compulsória	(274.246)	(321.464)
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	5.265	8.659
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	(1.790)	(2.944)
Patrimônio líquido regulatório	2.983.347	3.313.407

Conforme comentado nas Notas 35.5.1 e 35.6.1, a reavaliação regulatória compulsória originou a diferença entre o valor contábil e o VNR, tendo como base a última revisão tarifária da Companhia. Esta reavaliação tomou por base os termos da Resolução nº 396/2010, que especifica que o registro desta deve ser feito no Grupo 243.01 Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação. A variação

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

evidenciada entre os ciclos de revisão tarifária decorre da realização das quotas de depreciação, baixas efetuadas nos ativos imobilizados que foram reavaliados pelo órgão regulador, quando da revisão tarifária em 2014 e realização dos impostos diferidos.

Em função dos ajustes comentados nos itens anteriores a reserva de capital de giro é impactada pela a diferença existente no prejuízo societário para regulatório, conforme conciliação no quadro a seguir:

35.12 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2021 e 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	83.402	48.924
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	(39.700)	(222.243)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	13.493	75.563
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(459.053)	(167.423)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	159.353	56.924
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(46.483)	(12.115)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	14.695	854
Reavaliação regulatória compulsória	(139.071)	(52.030)
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória	47.218	17.980
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	(3.394)	5.864
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	1.154	(1.994)
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade regulatória	<u>(368.386)</u>	<u>(249.696)</u>

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 36.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021

Os Diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora Presidente

Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Vago
Diretora de Compras

Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretora Administrativo e de Planejamento e Controle

Vago
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretora de Mercado

TERMO DE RESPONSABILIDADE – Demonstração Contábil Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

Concessionária: Ampla Energia e Serviços S.A.



Assinado por ANNA PAULA HIOTTE PACHECO

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora-Diretora Presidente



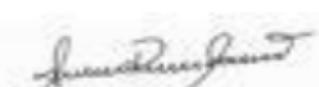
Assinado por JULIA FREITAS DE ALCANTARA NUN

Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Assinado por MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS

Mara Ayesha Lopez Berrios
Responsável da Administração
CPF: 065.618.827-84



Assinado por ALAN DOS REIS SANTOS

Alan dos Reis Santos
Contador
CRC 1SP244288

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.